

FACULDADE RATIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

RAIRIMEIRE MARIA TEMÓTEO

**ADOLESCENTES RECÉM-EGRESSOS DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO NOSSA
CASA: SAUS VISÕES ACERCA DO PERÍODO DE ADAPTAÇÃO REALIZADO
PELA INSTITUIÇÃO**

FORTALEZA
2015

RAIRIMEIRE MARIA TEMÓTEO

**ADOLESCENTES RECÉM-EGRESSOS DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO NOSSA
CASA: SUAS VISÕES ACERCA DO PERÍODO DE ADAPTAÇÃO REALIZADO
PELA INSTITUIÇÃO**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Profa. Ms. Kelly Maria Gomes

FORTALEZA

2015

RAIRIMEIRE MARIA TEMÓTEO

**ADOLESCENTES RECÉM-EGRESSOS DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO NOSSA
CASA: SUAS VISÕES ACERCA DO PERÍODO DE ADAPTAÇÃO REALIZADO
PELA INSTITUIÇÃO**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 23/06/2015

BANCA EXAMINADORA

Kelly Maria Gomes Menezes

Prof.^a Ms. (Orientadora)

Instituição

Rosa Ângela de Brito Falcão

Prof.^a Ms

Instituição

Lauriene Rodrigues Marreiro Mendonça

Prof.^a Ms

Instituição

Dedico a minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família por ter me incentivado a iniciar esse curso e acreditado em mim em especial a minha mãe em quem sempre me espelhei.

Agradeço a minha irmã Rairenice por me incentivar diretamente e por estar sempre ao meu lado me apoiando.

Agradeço aos professores da Faculdade Ratio, que participaram da minha formação em especial a Profa. Kelly Maria Gomes pela dedicação e paciência nos momentos de orientações tornando possível a conclusão desse TCC.

Agradeço aos colegas de sala por terem me aturado durante todo o tempo do curso e contribuindo para a realização desse trabalho.

Agradeço a boa vontade da equipe técnica da Unidade de Acolhimento Nossa Casa, em especial a assistente social Vanessa Andrade pela participação direta na construção do TCC.

"...A lenda pessoal é aquilo que você sempre desejou fazer. Todas as pessoas, no começo da juventude, sabem qual é sua lenda pessoal.

Nesta altura da vida, tudo é claro, tudo é possível, e não temos medo de sonhar e de desejar tudo aquilo que gostaríamos de fazer. Entretanto, à medida em que o tempo vai passando, uma misteriosa força começa a tentar provar que é impossível realizar a Lenda Pessoal.

Esta força que parece ruim, na verdade está ensinando a você como realizar sua Lenda Pessoal.

Está preparando seu espírito e sua vontade, porque existe uma grande verdade neste planeta: seja você quem for, quando quer com vontade alguma coisa, é porque este desejo nasceu na alma do Universo. É sua missão na Terra".

(O Alquimista)

PAULO COELHO

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo problematizar o período de adaptação dos adolescentes recém-egressos da Unidade de Acolhimento Nossa Casa; o empenho da equipe técnica para com os adolescentes que até os 18 anos de idade obrigatoriamente tem que ser desligados, a eficiência na capacitação e construção de suas autonomias; o apoio do IAPS, que administra a Instituição e as expectativas dos adolescentes que tiveram sua formação estrutural subjetiva dentro de Unidades de Acolhimentos onde residiram; a importância do papel de todos os órgãos institucionais e dos todos os profissionais que fizeram parte direta e indiretamente desse processo de desenvolvimento na vida dos adolescentes. O foco do estudo foi o efeito causado pelo apoio da Instituição no período de adaptação na vida de três adolescentes após o desligamento definitivo dos mesmos. As informações foram colhidas por meio de um roteiro de entrevista com a Coordenadora da Unidade, a assistente social e três adolescentes desligados no decorrer de três anos. A análise dos dados apontou a pouca habilidade dos jovens e despreparo com a vida social, bem como em seus depoimentos, todos declararam que o apoio recebido durante o período de adaptação, não foi eficiente nas expectativas criadas por eles. Ainda apontam, em relatos, falhas no trabalho realizado pela Unidade na preparação subjetiva para um mundo adulto. É imprescindível a efetivação de um projeto político-pedagógico na Unidade de Acolhimento voltado para essa questão ressaltando a vida dos adolescentes desinstitucionalizados, evitando uma inclusão precária e uma nova situação de risco na vida do sujeito.

Palavras-Chave: Acolhimento Institucional; Adolescente; Autonomia; desinstitucionalização

ABSTRACT

This study aimed to discuss the adjustment period adolescents newly graduates of Home Unit Our House; technical staff's commitment towards teenagers up to 18 years old must have to be disconnected, efficiency in training and building their autonomy; the support of IAPS, which manages the institution and the expectations of teenagers who had structural formation subjective in warm welcomes units where they resided; the important role of all institutional bodies and all the professionals who made direct part and indirectly this development process in the lives of adolescents. The focus of the study was the effect caused by the support of the institution in the adjustment period in the life of three teenagers after the final shutdown of them. The information was collected through a structured interview with the Unit Coordinator, the social worker and three teenagers off over three years. Data analysis pointed the little skill of young people and unpreparedness with social life, well as in their testimonies, all declared that the support received during the adjustment period, was not efficient in expectations created by them. Still point in reports, failures in work of the Unit on subjective preparation for an adult world. It is imperative the effectuation of a political-pedagogical project in the Host Unit facing this question underscoring the lives of desinstitutionalizados teenagers, avoiding a precarious inclusion and a new risk of situation in life of the subject.

KEY-WORDS: Home Institutional; adolescents; autonomy; deinstitutionalization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDCA - Conselho de Direito da Criança e do Adolescente
CF - Constituição Federal
CNA - Cadastro Nacional de Adoção
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CNCA - Cadastro Nacional de Criança e Adolescente
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ENAPA - Encontro Nacional do Grupos de Apoio à Adoção
FNCA - Fundo Nacional da Criança e do Adolescente
IAPS - Instituto de Assistência e Proteção Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LNCA - Levantamento Nacional da Criança e do Adolescente
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
NOB-RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PIA -Plano Individual de Atendimento
PNCFC - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PPP - Projeto Político Pedagógico
SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SEDH/PR - Secretaria Especial dos Direitos Humanos Presidência da República
SGD - Sistema de Garantia de Direitos
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento socioeducativa
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SNPDCA - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
STDS - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAPÍTULO I – METODOLOGIA DA PESQUISA	18
2.1 Natureza/ Abordagem da Pesquisa	18
2.2 Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados	19
2.3 Tipos de Pesquisa	22
2.4 Campo da Pesquisa	24
2.5 Sujeitos da Pesquisa	25
2.6 Análise dos Dados Coletados na Pesquisa	26
3 CAPÍTULO 2 – ADOLESCÊNCIA, DESINSTITUCIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	30
3.1 Adolescência, Construção da Identidade e Desenvolvimento da Autonomia	30
3.2 Desinstitucionalização e a proposta de uma nova realidade	34
3.3 Políticas Públicas no Âmbito de Acolhimento institucional para Adolescentes	37
4 CAPÍTULO 3 – O CAMPO DA PESQUISA E A APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE DOS SUJEITOS	46
4.1 A Institucionalização e a Realidade Como Lição de Visão dos Adolescentes	46
4.2 As Atividades Desenvolvidas Dentro da Unidade Voltadas para a Autonomia dos Adolescentes	49
4.3 Dificuldades e Desafios na Execução das Atividades com os Adolescentes.....	51
4.4 O Apoio do IAPS para com a Unidade de Acolhimento e a Autonomia dos Adolescente.....	53
4.5 A Relação da Unidade de Acolhimento com os Adolescentes Egressos.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICES	63
ANEXOS	64

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de transformação particular do ser humano, etapa importante no desenvolvimento da subjetividade em busca de respostas para novas formas do corpo e do amadurecimento para a vida social. Momento que, geralmente, não gostam de ser contrariados, tomam decisões e planejam a vida meio que em conflitos com sua própria personalidade, embora depois possam mudar de ideia. Fase de muita energia que muitas vezes pode ser confundida com rebeldia, projetos, sonhos fervilham na cabeça inquietante desses jovens que para aqueles que estão ao seu redor veem como irritante. (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2010)

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a adolescência é compreendida entre as idades de 12 e 18 anos. Foi criado em 13 de julho de 1990, tendo a noção de "proteção integral" à criança e ao adolescente. Até 1990, o documento que regia os direitos da criança e do adolescente era o Código de Menores, de 1979. O Código defendia a doutrina da situação irregular, considerava que todos os problemas relativos à juventude tinha como causa a pobreza e a marginalização. A política de atendimento do Código variava de assistencialismo à total segregação, sendo a política do abrigo a principal medida, daí a criação e a proliferação de abrigos e internatos. (FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2009).

O Direito da Criança e do Adolescente demarcou um campo especial no ordenamento brasileiro. A partir de 1988 crianças e adolescentes são reconhecidos na condição de sujeitos de direitos e não meros objetos de intervenção no mundo adulto.

A proteção integral às crianças e adolescentes está consagrada nos direitos fundamentais inscritos no artigo 227 da Constituição Federal (CF) de 1988 e nos artigos 3 e 4 do ECA. A promulgação destes direitos fundamentais tem amparo no status de prioridade absoluta dado à criança e ao adolescente, uma vez que estão em peculiar condição de pessoas humanas em desenvolvimento. (MULLER, 2011).

O acolhimento é uma medida de proteção preconizada pelo ECA para casos de violação ou ameaça dos direitos da criança e do adolescente, conforme está contido no Art. 98:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: "I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta".

Existem diferentes modalidades de serviços de acolhimentos como: Unidade de Acolhimento, Abrigos Institucionais, Casas Lares ou Famílias Acolhedoras. De acordo com o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes (LNCA) em Serviços de Acolhimento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, em 2010, existiam naquele momento, 36.929 crianças e adolescente sob a medida do acolhimento distribuídas em 2624 serviços em todo o Brasil.

O estudo realizado mostra: negligência na família 37,6%; pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas 20,1%; abandono pelos pais ou responsáveis 19,0%, e outros como: violência doméstica física 10,8%; situação de rua 10,1%; carência de recursos materiais da família/responsável 9,7%; violência doméstica sexual 5,5%; pais ou responsável com transtorno mental (problemas psiquiátricos/psicológicos) 5,3%; violência doméstica psicológica 5,1%; entrega voluntária da criança/adolescente pela família de origem (nuclear/extensa) 5,1%; ausência dos pais ou responsáveis por prisão 4,5%; órfão (morte dos pais ou responsáveis) 4,4%; submetido à exploração no trabalho ou mendicância 2,9%; não sabe 1,8%; ameaça de morte 1,6%; violência ou abuso extra-familiar (praticado por pessoas não pertencentes à família) 1,5%; pais ou responsáveis sem condições para cuidar da criança/adolescente com condições de saúde específicas 1,4%; ausência dos pais ou responsáveis por doença 1,4%; submetidos a exploração sexual (prostituição/pornografia) 1,1%; pais ou responsáveis com deficiência 0,7%; pais ou responsáveis sem condições para cuidar de adolescente gestante 0,2%.

Os serviços devem oferecer um espaço no qual as crianças e os adolescentes se sintam protegidos e criem vínculos de confiança; um lugar de acolhimento e socialização, que favoreça o desenvolvimento da autonomia e da criatividade. Para que isso possa acontecer, o projeto da instituição deve ser pautado no olhar individualizado a cada criança ou adolescente, compreendidos a partir de sua história e seu contexto sócio-cultural.

De acordo com o ECA, em seu artigo 92:

As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei no.12.010, de 2009) "I – preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; (Redação dada pela Lei no. 12.010, de 2009) II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; (Redação dada pela Lei no. 12.010, de 2009) III – atendimento personalizados em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V – não desmembramento de grupos de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida da comunidade local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo".

O Brasil tem 5.240 crianças e adolescentes ainda à espera de uma nova família, segundo consta no Cadastro Nacional da Adoção (CNA), criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com o Cadastro, 92% são pardas, 33,8% brancas e 19,06% negras. E 77,16% têm irmãos – sendo 35,99% com o familiar também inscrito no CNA. Dos pretendentes, apenas 18,08% estão dispostos a adotar irmãos. A maioria (82,45%) deseja apenas uma criança. 90,91% dos interessados aceitam adotar brancos, 61,87% pardos e 34,99% negros. 33,04% dos pretendentes querem adotar apenas meninas. A maioria dos interessados também prefere crianças com até três anos de idade – eles chegam a somar 76,01% dos cadastrados. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2012).

Segundo o juiz Lupianhes (2012), a diferença entre o número de pretendentes e o de crianças disponíveis é grande justamente por causa do perfil exigido. De acordo com o juiz, esse quadro vem se alterando, sobretudo, a partir da nova Lei da Adoção (Lei 12.010), de agosto de 2009. A norma introduziu uma série de instrumentos que visam à conscientização dos interessados. Para ele, a adoção no Brasil não é a ideal, mas é satisfatória e é necessário promover mais cursos com os pretendentes com vistas a conscientizá-los porque o maior entrave para a adoção hoje é a exigência do perfil pretendido.

A Agência de Notícia do CNJ (2009) assevera que, de acordo com o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA), no Brasil, 33.361 crianças e adolescentes vivem em unidades de acolhimento, mantidos por Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas ou instituições religiosas em todo o País. O levantamento aponta um aumento na quantidade de pessoas vivendo nessas entidades. O estado que mais registra crianças e adolescentes vivendo em unidades de acolhimento é São Paulo, com 7.387 do total. Na sequência vem Minas Gerais, com 5.178 acolhidos, Rio de Janeiro, com 4.205, e Rio Grande do Sul, com 3.430. O Brasil tem atualmente 1.928 entidades destinadas ao acolhimento, segundo o CNCA. Os Estados com o maior número de acolhidos são também os que mais reúnem estabelecimentos. Ainda de acordo com o Cadastro, São Paulo é o que mais concentra unidades de acolhimento, com um total de 353. Minas Gerais vem em segundo lugar, com 324 do total. O Rio Grande do Sul, que conta com 211 unidades, vem seguido do Rio de Janeiro, com 166 entidades.

O Ceará tem cerca de 600 crianças e adolescentes em abrigos 52 crianças e adolescentes que esperam por adoção em Fortaleza. Eles já estão na lista de cadastro do CNJ e esperam se encaixar no perfil de algum pretendente. Atualmente, a Capital tem 341 pretendentes esperando liberação para adotar uma criança ou adolescente. Segundo a Chefe do Setor de Cadastro de Adotantes e Adotandos do Juizado da Infância e da Juventude da

Comarca de Fortaleza, Gabriella Costa, a maioria dos pretendentes querem adotar crianças brancas, até 1 ano, sexo feminino, saudável. Porém, a realidade é diferente. “São 29 adolescentes (acima de 12 anos, critério utilizado pelo ECA) aguardando adoção. As crianças que ficam disponíveis para adoção podem vir de situação de risco, negligência ou abandono”. (LIMA, 2013).

O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS, 2012), mantém hoje em Fortaleza 20 Unidades de Acolhimento, sendo: seis de gestão direta, sete descentralizadas e outras sete de subvenção social. O atendimento prestado deve favorecer o convívio familiar e comunitário. As unidades devem funcionar inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Atualmente existem dois abrigos que estão habilitados para adoção, são eles, Tia Júlia e Casas Abrigos. Os adolescentes que não são adotados são transferidos para outras unidades conforme seu histórico e sua idade.

A Unidade de Acolhimento Nossa Casa recebe adolescentes advindos, a maioria, de outras Unidades, seguindo o perfil de idades e motivos pelo qual vivem em medida de proteção. Dada a importância do perfil histórico em particular de cada adolescente, ressalto que em um momento de suas vidas, com idades entre 12 e 18 anos foram trabalhadas suas autonomias, profissionalizados em cursos técnicos os quais facilitaram seus ingressos no mercado de trabalho e de suas vidas sociais. Integrados em programas e projetos disponibilizados pela própria ONG que a administra.

A medida de proteção em abrigos só deve ser aplicada quando todos os recursos forem esgotados, pois ela acarretará uma ruptura de vínculos, seja familiar ou comunitária, ingressando tanto a criança como o adolescente em um espaço/abrigo, que por melhor que funcione é um ambiente hostil. A realidade de vida desses adolescentes está longe de ser compreendida pela maioria da sociedade que culpabiliza a família pela institucionalização de seus filhos. Antes do ECA, esses adolescentes eram tratados com benevolência e não como sujeitos de direitos, eram acolhidos por irmandades, santas casas e orfanatos levando em conta a atender abandonados e "delinquentes" juvenis.

A sociedade ainda é alheia a essa realidade, em se tratando de família, esta que na maioria das vezes se encontra em situação de pobreza sofre a consequência de seus filhos afastados que, por sua vez sofre com a transferência de instituição para instituição, que é uma prática comum devido à idade e perfil de cada um, mas que ajuda a reproduzir abandonos, traumas, estigmatização, em nome do funcionamento institucional ou de um parecer técnico.

Segundo Marília Filgueras Fischer Menezes (2002), assistente social da Fundação de Proteção Especial, com o advento do ECA (1990), fruto de mobilização popular, bem como a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a família toma visibilidade e centralidade no debate público, por ter sido constatado que os modelos de atendimento vigentes não davam conta da realidade e dada a importância desta na formação e constituição do sujeito. Assim impõem-se a todos a necessidade do reordenamento institucional, de modo que promova e garanta os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, assim como os direitos das famílias em terem consigo seus filhos. A responsabilidade agora é de todos, Estado, município, ONGs e sociedade.

Ratifico que em Fortaleza, existem em média 20 abrigos mantidos pelo Governo do Estado por meio da STDS. Dentre esses abrigos, está o Abrigo Nossa Casa, o qual é um espaço de acolhimento institucional, na modalidade de abrigo domiciliar, oferecendo atendimento de proteção especial, destinado a acolher 16 adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos de ambos os sexos, quando seus direitos forem ameaçados ou violados, exigindo providências do Estado para sua recomposição, ofertando acolhida, cuidado e espaço para sua socialização e desenvolvimento.

No contexto institucional, a Unidade de Acolhimento Nossa Casa apresenta-se como alternativa para os adolescentes que tiveram suas trajetórias de vida marcadas pelo acolhimento institucional. Grande maioria dos acolhidos têm histórico de o abandono familiar, a falta de perspectivas para adoções, e mesmo casos de adoções mal sucedidas, o que acarretou o histórico de longa permanência em outras Unidades de Acolhimentos, desde a 1ª infância até a maioridade. Sabendo-se que a maioria dos abrigos acolhem um número acima de sua capacidade tornando difícil a atenção devida para cada caso isoladamente. Tornou-se de fundamental importância saber se o abrigo se guarda de total apoio por parte da legislação que defende a individualidade dos adolescentes enquanto sujeito de direito.

Tendo em vista que esta Unidade de Acolhimento é a porta de saída desses adolescentes para uma realidade, até então desconhecida, eles devem estar preparados para esse convívio com a sociedade, através de trabalhos e programas, os quais foram pesquisados e explorados neste estudo.

À Unidade de Acolhimento cabe zelar pelo desenvolvimento global das crianças, adolescentes, priorizando a educação, saúde, bem como acompanhar o crescimento das crianças, assegurando sua singularidade. Outra função importante da Unidade é estimular e

fortalecer o vínculo com a família e quando isto não for possível, garantir o acesso de crianças à sua história de vida.

O(a) Assistente Social tem como função fazer entrevistas, analisar documentos, realizar visitas domiciliares, atender individualmente e em grupo e apresentar relatórios sociais com suas interpretações. Busca, assim, o maior número de informações possíveis sobre o caso para sistematizar conhecimento acerca de sua realidade, com isso, se possível investir na manutenção dos vínculos familiares no intuito que esta criança/adolescente possa retornar ao seu âmbito familiar ou sua família ampliada, ou seja, tios, avós etc. . A assistente social ao emitir seu parecer, algumas vezes, sugere medidas sociais e legais que poderão ser tomadas e são determinantes para definir o futuro dos sujeitos envolvidos.

Conforme preconiza o ECA (1990), em seus artigos 150 e 151, a necessidade de assessoria de equipe interprofissional na esfera de justiça, deve fornecer subsídios por escrito, ou verbalmente em audiências, bem como trabalhos de orientações, encaminhamentos, prevenção, dentre outros. Essas disposições contidas no ECA fazem parte de um conjunto de normas referentes à doutrina da proteção integral; que norteia ações junto à criança e ao adolescente

Após um período de 5 anos já atuando nessa área como educadora social, partiu de mim o interesse pela trajetória de vida desses adolescentes, principalmente aos que já com seu limite de idade permitido pelo abrigo em seu perfil de acolhimento alcançada, tiveram que enfrentar a realidade onde adaptaram-se ao novo contexto social. Foi partindo desse contexto que a pergunta de partida desse trabalho surgiu: como os adolescentes recém-egressos da Unidade de Acolhimento Nossa Casa compreendem o período de adaptação realizado pela Instituição?

O objetivo geral dessa pesquisa foi: analisar como os adolescentes recém-egressos da Unidade de Acolhimento Nossa Casa compreendem o período de adaptação realizado pela Instituição. Os objetivos específicos foram: Investigar as atividades executadas pela equipe técnica da Unidade, direcionadas aos adolescentes no período de adaptação; Analisar as Políticas Públicas voltadas para a Assistência e Garantia de Direitos de e adolescentes desinstitucionalizados; Traçar o perfil sócio-econômico dos adolescentes que saíram há 3 anos da Unidade de Acolhimento Nossa Casa.

O estudo foi baseado na história de vida de cada um dos participantes, considerando sua trajetória desde o desligamento definitivo até três anos decorrentes fora da Instituição. Para a realização da pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa, com tipos de pesquisa bibliográfica e documental e de campo; técnicas de observação direta e entrevista estruturada,

e com o instrumento diário de campo, roteiro de entrevista e gravador de voz mediante TCLE com os adolescentes recém-egressos da Instituição.

No primeiro capítulo será apresentada a metodologia da pesquisa, onde conterà os tópicos: Natureza/Abordagem da Pesquisa, Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados, Tipos de Pesquisa, Campo da Pesquisa, Sujeitos da Pesquisa, Análise de dados Coletados. O segundo capítulo englobará o Referencial Teórico, onde apresento as categorias de análise: Adolescentes, Unidade de Acolhimento, Políticas Públicas. O terceiro capítulo apresenta os dados coletados na Pesquisa de Campo.

2 CAPÍTULO 1: METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa analisou a atuação da equipe técnica da Unidade de Acolhimento, já citada, junto aos adolescentes com 18 anos completos e no período de adaptação até seus desligamentos definitivos. Também, a influência desse período na vida dos adolescentes para a autonomia fora da Unidade de Acolhimento.

O capítulo apresentará a metodologia da pesquisa que foi utilizada para a realização desse estudo e o caminho percorrido para conclusão da pesquisa. Está dividido nos seguintes tópicos: Natureza/Abordagem da Pesquisa; Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados; Tipos de Pesquisa; Campo da Pesquisa; Sujeitos da Pesquisa e Análise dos Dados Coletados na Pesquisa.

2.1 Natureza/ Abordagem da Pesquisa

Após a definição do problema foi realizada uma pesquisa qualitativa com o intuito de aprofundar conhecimento e compreensão dos adolescentes no período de adaptação definido pela instituição até seu desligamento definitivo, também no campo profissional da equipe multidisciplinar da unidade em relação a esses acolhidos ressaltando a importância na promoção da autonomia de cada adolescente para uma visão futura e o impacto com as relações sociais e estruturais da sociedade.

Segundo Minayo (2010, p. 21):

A pesquisa qualitativa se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

A pesquisa qualitativa permite uma interação entre o pesquisador e o objeto de estudo, é um trabalho de descrição de detalhes fundamental, pois é por meio dele que os dados são coletados e interpretados pelo pesquisador. Busca-se investigar diretamente com os adolescentes envolvidos a atual situação na sua condição de vida humana, também conhecer o significado e práticas individuais e coletivas como crenças, valores, expectativas e conhecimentos. Segundo Richardson (1999, p. 80):

[...] menciona que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A pesquisa qualitativa impõe-se sempre que se trate de temas que se interessem mais pela intensidade do que pela extensão dos fenômenos, como é o caso de participação, comunicação, aprendizagem, felicidade (DEMO, 2009).

Richardson (1999) expõe que a principal diferença entre uma abordagem qualitativa e uma quantitativa reside no fato de que a abordagem qualitativa não emprega um instrumento estatístico como base no processo de análise do problema. Destaca ainda que abordar um problema qualitativamente pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social.

A escolha da abordagem qualitativa deve-se ao fato de o tema selecionado poder ser relacionado com fatores sociais, políticos, ideológicos, além de técnicos, que cercam os indivíduos. Com isto, poderemos apreender os significados que os próprios adolescentes dão ao acolhimento institucional (intenções, atitudes, crenças, entre outras), o que permitirá assim, entrar em dimensões, como a subjetividade e a individualidade (COSTA; COSTA, 2009). Na pesquisa qualitativa, essas dimensões podem ser apreendidas e, nesse sentido, Freitas (2002, p. 24) aponta que, nesse tipo de pesquisa, podemos ter a arte da descrição complementada pela explicação, e acentua que:

Nessa abordagem a compreensão dos fenômenos se dá a partir de seu acontecer histórico, no qual o particular é considerado uma instância de totalidade social. A pesquisa é vista como uma relação entre sujeitos, portanto dialógica, na qual o pesquisador é uma parte integrante do processo investigativo.

2.2 Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados

O perfil do Unidade de Acolhimento Nossa Casa, tem como público participante adolescentes de 12 a 18 anos completos. A Unidade trabalha a autonomia, o desenvolvimento do senso crítico dos adolescentes para uma vida social e profissional. Diante dessa realidade, optou-se pela técnica de observação direta não participante. Ao se tratar de um público que viveu em limites, regras e normas dentro de Instituições e fará parte da vida social independente e responsáveis por seu atos.

"De forma genérica, a observação, mesmo quando não segue um rígido planejamento, possibilita o acesso direto à informação e ajuda, em muitos casos na delimitação do problema e delineamento da pesquisa" (MATOS, 2004, p. 59).

Devemos lembrar que a observação deve ser: orientada por um objeto de pesquisa, planejada, registrada e ligada a proposições mais gerais e que, além disso, deve ser submetida a controle de validade e precisão (GIL, 1987). A observação é uma técnica muito utilizada, mesmo quando não segue um rígido planejamento, possibilita o acesso direto a informações, pode ser associada a outros procedimentos, por exemplo, a entrevista.

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 78):

Na observação não participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora. Presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado.

A fim de me apropriar do trabalho que foi desenvolvido com os adolescentes da Unidade de Acolhimento referida, optei por uma entrevista estruturada (apêndice A), com os adolescentes que completaram a idade limite de permanência dentro da Instituição, onde a relação de perguntas foi aplicada igualmente a todos os entrevistados, o que nos permitiu a realização de uma análise qualitativa.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 80):

A entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Minayo (1996, p. 109) chama a atenção para a "palavra como símbolo de comunicação", pois é por meio da palavra que o entrevistado se comunica e expressa seus valores, sentimentos, suas opiniões, dentre outras manifestações pessoais.

É também uma forma de transmitir, "através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas" (MINAYO, 1996, p. 100).

Lakatos e Marconi (2002, p.135) definem história de vida como:

[...] as experiências de alguém, suas vivências, que tenham significado importante para o conhecimento do objeto em estudo. A técnica permite estudar o impacto da interação social sobre as crenças e decisões dos indivíduos. Por exemplo, como as

peças agem nas organizações e como as rotinas diárias influenciam seu trabalho, assim como o efeito das decisões ao longo do tempo.

Além de seguir um planejamento, foi preservada a condição dos entrevistados, agendando antecipadamente e discutindo os pontos principais da entrevista e ainda o tipo de registro, para o qual foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e um gravador de voz.

Fundamentado no que diz os autores Cerro, Bervian e Silva (2007), o entrevistador deve conduzir a entrevista de forma controlada conferindo sempre as respostas mantendo-se alerta a eventuais contradições. Interessante apresentar primeiramente as questões começando pelas que têm menores probabilidades de provocar recusa ou produzir qualquer forma de negativismo, a fim de não confundir o entrevistado.

"A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e relação permanece invariável para todos os entrevistados que geralmente são em grande número". (GIL, 2009, p. 113).

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (MINAYO, 2010, p. 57)

Para Ruiz (2013), a entrevista consiste no diálogo com o objetivo de colher, de determinada fonte, de determinada pessoa ou informante, dados relevantes para a pesquisa em andamento. Portanto, não só os quesitos da pesquisa devem ser muito bem elaborados, mas também o informante deve ser criteriosamente selecionado.

Por questões éticas, foi mantido o anonimato dos adolescentes participantes da entrevista usando nomes fictícios mantendo assim o sigilo absoluto quanto a suas identidades.

Como em qualquer procedimento de pesquisa, é importante lembrar a cordialidade no contato inicial e final entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, mantendo uma relação de fidelidade cumprindo horários de início e final da conversa e ter sido marcado com antecedência. Mantendo muito claros pontos a serem seguidos antes do início da entrevista, foi esclarecido de que forma as informações seriam utilizadas e para que fins, em consenso com os entrevistados.

É chamado de diário de campo, o instrumento mais básico de registro de dados do pesquisador. Trata de um caderno de anotações onde são anotadas todas as observações,

experiências e sentimentos; é um instrumento essencial para o pesquisador. (VICTÓRA, 2000).

O diário de campo foi um instrumento importante no registro de detalhes observados todas as vezes que existiu o contato com os sujeitos no campo de pesquisa, levando em conta as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, experiências pessoais, reflexões e comentários.

De acordo com Minayo (1993, p. 100), um diário de campo é caracterizado, desta maneira:

[...] constam todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Falas, comportamentos, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições compõem o quadro das representações sociais.

No caso de Remi Hess (1996, p. 63), "o diário é uma técnica de registro dos pensamentos e dos grupos de pesquisa no cotidiano da própria pesquisa. Hess, também, diz que, como a história de vida, o diário inscreve-se no movimento da escrita biográfica" . Dentre as formas de escrita, Hess (1996, p. 64) diz que "o diário ocupa o seu lugar ao lado de outras formas de escrita, como a correspondência, mas também de textos de testemunhos, de livros de família, de livros de razão, etc".

2.3 Tipos de Pesquisa

A pesquisa foi realizada em caráter bibliográfico, buscando melhor entendimento e conhecimento sobre a política de abrigamento, os motivos que levaram os adolescentes entrevistados a morarem nas Unidades de Acolhimentos até a maior idade, o apoio das políticas públicas até o desligamento definitivo da Instituição, esse estudo abrangeu todo material já publicado exigindo leitura sobre o tema escolhido incluindo artigos da internet, revistas, livros, artigos de jornais e projetos de pesquisa publicados.

Gil (1999) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Apesar de praticamente todos os outros tipos de estudos exigirem trabalho dessa natureza, há pesquisas exclusivamente desenvolvidas por meio de fontes bibliográficas.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), a finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado

assunto inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas.

"A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses" (CERVO, BERVIAN E SILVA, 2013, p. 60).

Esses adolescentes tiveram suas vidas assistidas por profissionais desde seus ingressos nas Unidades de Acolhimentos, em registros cursivos, não só pela necessidade, mas também pela importância de detalhes de suas histórias de vidas. A pesquisa documental também foi utilizada, pois essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. (GIL, 2009)

Segundo Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental pode integrar valendo-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

A pesquisa documental, devido às suas características, pode chegar a ser confundida com a pesquisa bibliográfica. Gil (1999) destaca como principal diferença entre esses tipos de pesquisas, a natureza das fontes de ambas as pesquisas.

"A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou o fenômeno ocorre, ou depois". (MARCONI E LAKAOS, 2010, p. 48).

Também utilizou-se da pesquisa de campo, com a finalidade de buscar respostas para a preparação e inserção desses jovens na sociedade, mais precisamente no mercado de trabalho. O trabalho de campo facilitou a aproximação do pesquisador com a realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabeleceu uma interação com os "atores" que conformam a realidade e, assim, construir um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MINAYO, 2010).

A pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para posteriores análises. Esta espécie de pesquisa não permite o isolamento e o controle das

relações constantes entre determinadas condições - variáveis independentes - e determinados eventos - variáveis dependentes - , observadas e comprovadas (RUIZ, 2013).

2.4 Campo da Pesquisa

A Unidade de Acolhimento Nossa Casa dispõe de projetos que auxiliam no crescimento cultural e amadurecimento dos adolescentes que vivem dentro da Unidade. Realiza um trabalho voltado para a subjetividade dos sujeitos, orientando-os sobre a realidade com a intenção de prepará-los para a sociedade contemporânea.

Com observação direta utilizando o diário de campo, constatou-se que a Unidade funciona sob um regime que se assemelha com a rotina de uma casa, havendo em suas bases os princípios da coletividade, do respeito, do desenvolvimento psicossocial e das habilidades individuais dos adolescentes. O trabalho da equipe técnica junto aos educadores sociais e aos demais funcionários da Unidade buscam responder de forma concreta e eficaz aos anseios dos adolescentes, tentando reestabelecer os vínculos familiares e comunitários dos adolescentes acolhidos na Unidade.

A Unidade de Acolhimento Nossa Casa existe desde 1997, está localizada na Rua Castro de Alencar nº 1.280, no bairro Jardim das Oliveiras, Conjunto Tancredo Neves e gerenciada por Maria Célia Oliveira da Costa. A Unidade dispõe de dois quartos e duas suítes no andar superior, onde dormem as adolescentes. Na parte inferior da casa tem sala de jogos, área frontal com dois corredores com jardim no centro, cozinha, sala da coordenação e Serviço Social, sala dos educadores sociais, refeitório, sala da lan house, sala de tv e filmes, uma suíte grande e uma pequena onde dormem os adolescentes, uma lavanderia, um depósito grande, uma dispensa, um banheiro social e um campo society utilizado para atividades esportivas. (HISTÓRICA DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO NOSSA CASA, 2014).

Ainda utilizando a técnica de observação, atestou-se que são desenvolvidas atividades diárias organizadas através de escalas e cronogramas com tarefas cotidianas, como: limpeza de quartos, lavagem de roupas executadas pelos próprios adolescentes priorizando suas autonomias. A Unidade também organiza todos os horários a partir do despertar até o recolhimento iniciando com banhos, café da manhã, lanches, horários escolares, de cursos, refeições, repouso, atividades do cronograma, atividades pedagógicas, atividades recreativas e esportivas sempre respeitando as opiniões e disponibilidade dos adolescentes.

A equipe técnica tem como objetivo: atendimento a adolescentes de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social e vítimas de abandono familiar, visando à reconstrução

dos vínculos familiares, o engajamento nas escolas da rede oficial de ensino e em cursos de iniciação profissional. Seu público é composto por adolescentes, de ambos os sexos, com faixa etária de 12 a 18 anos, encaminhados pelo Juizado da 1ª e 2ª Varas e pelo Conselho Tutelar. Sua área de abrangência é a capital, matriz institucional STDS e Entidade Comunitária Conveniada, situação atual em execução. Encontra-se engajado no programa de governo de assistência social e tem como fonte de financiamento o Governo do Estado. Funciona em regime descentralizado. (SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2014)

A Unidade de Acolhimento é administrada pela ONG Instituto de Assistência e Proteção Social (IAPS), organização comunitária sem fins lucrativos, devidamente legalizada, reconhecida e registrada, foi fundada em 21/04/2001, por iniciativa de um grupo de pessoas voluntárias que há bastante tempo atuava junto à população em situação de vulnerabilidade social da área do grande Tancredo Neves e viu na institucionalização dessa forma de trabalho, uma maneira de melhor lutar e conseguir meios de proporcionar melhorias na comunidade. O reconhecimento do trabalho da entidade consolida seu desempenho na comunidade na luta pela melhoria das circunstâncias de vida na área e se apresenta como consequência do desenvolvimento eficiente das atividades desenvolvidas. Sua missão é prover o desenvolvimento humano pela melhoria continuada da qualidade de vida, através de ações de caráter filantrópico, nas áreas de educação, apoio à capacitação ao trabalho, junto à comunidade do Tancredo Neves com resgate da saúde física e mental, emocional, espiritual e comunitária visando produzir mudanças comportamentais, abrangendo públicos de todas as idades, da infância à velhice. (INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL, 2014)

A Unidade de Acolhimento recebe total apoio no que diz respeito a cursos profissionalizantes e mantendo parcerias com projetos da STDS como, por exemplo, o Primeiro Emprego. Conforme consta nos indicadores de desempenho da STDS, até o mês de agosto de 2014, a Unidade encontrava-se com 16 adolescentes participando de cursos profissionalizantes, sendo 02 engajados na escola especial e 14 engajados na escola formal.

2.5 Sujeitos da Pesquisa

A Unidade de Acolhimento Nossa Casa realiza um trabalho diferenciado com adolescentes advindos de outras Unidades, em conjunto, a equipe técnica conta com o apoio de 10 educadores sociais para educar, orientar e apoiar 16 adolescentes entre 12 e 18 anos de

ambos os sexos que lá residem. A pesquisa foi realizada com a equipe técnica da Unidade composta por 1 coordenadora, 1 assistente social, 1 pedagoga e 1 psicóloga que trabalham no sentido de garantir os direitos desses adolescentes conforme o ECA, despertar e desenvolver nos adolescentes o senso crítico, permitindo a apropriação de novos horizontes, promovendo a autonomia e inserção no mercado de trabalho. Salientando a ação desenvolvida pela equipe com relação ao período de adaptação com os adolescentes que atingem 18 anos de idade e precisam seguir suas vidas fora da Unidade.

A pesquisa estendeu-se até 04 adolescentes que foram desligados da Instituição, dentre os 16, os quais estavam com a idade limite imposta pela Instituição. A experiência vivida pelos adolescentes durante o período de adaptação foi o foco da pesquisa considerando sua desinstitucionalização e até que ponto as ações desenvolvidas pela equipe técnica atenderam as expectativas desses adolescentes. Os adolescentes escolhidos para a pesquisa têm em comum suas saídas entre o período dos dois últimos anos.

2.6 Análise dos Dados Coletados na Pesquisa

Este tópico tem o intuito de apresentar o método de análise desta pesquisa, passo a passo, indicando os elementos mais importantes, descrevendo as fases do estudo e demonstrando o que a pesquisa realmente apurou. A análise crítica dos dados para Marconi e Lakatos (2010), tenta explicar o fenômeno e as relações existentes entre eles e alguns fatores antecedentes, valendo-se de processos matemáticos e estatísticos. A comprovação ou refutação da hipótese se faz por meio da análise.

Uma vez que o problema foi identificado, cabe então ao investigador decidir sobre seleção da amostra, como serão coletados os dados, quem e quantos participantes serão entrevistados ou observados, que documentos serão lidos.

A pesquisa exige dedicação, leitura para obtenção de conhecimento na busca por compreensão da realidade do tema escolhido para estudo. Ressaltando que toda investigação realizada pelo pesquisador é uma tentativa para esclarecimento ou solução de um problema, do qual se pretende avançar cientificamente. Validando Demo (1994), a ciência não deve ser uma acumulação de resultados definitivos, mas sim o questionamento abundante e sistemático de uma realidade conhecida também como produtivo, sobretudo para as Ciências Sociais.

Tendo em vista que a ciência, tradicionalmente, vem sendo definida como um processo permanente de busca da verdade, de sinalização sistemática de erros e correções,

predominantemente racional, também pode ser entendida como uma construção que revela nossas suposições acerca do que está construindo (VERGARA, 1997).

Para Teixeira (2003, p. 187), "o pesquisador forma uma versão teórica da realidade e esta formulação teórica ou teoria substantiva não apenas pode ser usada para explicar a realidade, mas também provê um esquema de referência para a ação"

A escolha do método da pesquisa qualitativa foi por se tratar de caráter descritivo e por compreender um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam, além de descrever, decodificar componentes de um sistema complexo de significados. Trata de reduzir a distância entre pesquisador e pesquisado, entre teoria e dados.

Muitos são os cuidados adotados nas técnicas de coleta de dados, pois ao se tratar da subjetividade dos adolescentes, a observação direta e a entrevista ocorreram de forma regular sem pressão, respeitando suas diversidades. O empenho dos profissionais do serviço de acolhimento na Unidade foi analisado através das declarações e respostas obtidas nos breves encontros durante as visitas na Unidade e registrado no diário de campo. Observei atentamente o trabalho da equipe técnica e sua forma de lidar com os adolescentes na fase de construção de projetos de vida e o favorecimento do protagonismo de suas próprias histórias, a importância do desenvolvimento gradativo e a capacitação dos adolescentes para responsabilizar-se por suas ações e escolhas.

Segundo Minayo (2010, p. 43-44), "na análise dos dados devemos descrever com clareza como os dados serão organizados e analisados". Relacionado ao universo e amostra, Vergara (1997) e Gil (1999) consideram o primeiro um conjunto de elementos (organizações, produtos, pessoas...) que possui as características que serão objeto de estudo, enquanto que amostra é uma parte do universo, escolhida segundo algum critério de representatividade.

Inicialmente, pode-se dizer que análise de conteúdo é uma técnica refinada, que exige muita dedicação, paciência e tempo do pesquisador, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade, principalmente na definição de categorias de análise. Para tanto, disciplina, perseverança e rigor são essenciais (FREITAS; CUNHA; MOSCAROLA, 1997).

Através da análise dos dados colhidos, podemos estudar as respostas dadas para as questões formuladas, os dados obtidos dependeram das fontes e dos tipos de pesquisa adotados, assim como as técnicas e instrumentos de coletas que foram utilizados, ou seja, a análise procurou a compreensão crítica do significado das comunicações.

[...] a análise temática é bastante formal e mantém sua crença na significação da regularidade. Como técnica ela transpira as raízes positivistas da análise de conteúdo tradicional. Porém há variantes na abordagem que no tratamento dos resultados

trabalha com significados ao invés de inferências estatísticas (MINAYO, 1993, p. 211)

Portanto, é necessário o respeito à autonomia do adolescente na organização do ambiente de acolhimento, o mesmo deve proporcionar o fortalecimento gradativo de sua autonomia, com o processo de desenvolvimento e a obtenção de habilidades nas diferentes fases de suas vidas. Na preparação de condições que favoreçam a formação da identidade do adolescente implica o respeito à sua individualidade e história de vida.

Assim, é preciso considerar que toda construção criativa não pode estar desvinculada da análise do contexto e da história, como bem salienta Thompson (1995).

Ao analisar as informações, o pesquisador não caminha às cegas mas, antes, adota determinados procedimentos que imprimem um caráter de maior objetividade aos dados, facilitando sua interpretação. Depois de conduzido o trabalho de coleta, sua tarefa básica é fazer os dados falarem. Cabe salientar que, além das possibilidades já assinaladas, dispõe também de outros recursos, como a análise de conteúdo e a análise de discurso, procedimentos que, podem ter formas de trabalho e finalidades semelhantes, mas trazem diferenças entre si (MATOS, 2004).

No que diz respeito ao tema escolhido para pesquisar, é relevante um arcabouço teórico o qual exigiu do investigador leituras pertinentes, tempo, dedicação e perseverança para que houvesse a interação do pesquisador com o objeto de estudo.

A esse respeito, Minayo (1998, p. 78) afirma:

é importante termos em mente que o dado não existe por si só. Ele é construído a partir de um questionamento que fazemos sobre ele, com base numa fundamentação teórica. Através de uma leitura exaustiva e repetidas dos textos, estabelecemos interrogações para identificarmos o que surge de relevante ("estruturas relevantes dos atores sociais"). Com base no que é relevante nos textos, nós elaboramos as categorias específicas. Nesse sentido, determinamos o conjunto ou os conjuntos das informações presentes na comunicação.

Para Minayo (2001, p. 74), a análise de conteúdo é "compreendida muito mais como um conjunto de técnicas". Na visão da autora, constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Tais funções podem ser complementares, com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas.

A atividade de pesquisa tem como intuito descobrir, com habilidade e criatividade, caminhos e construir novos conhecimentos, para isso é necessário desenhar ou projetar o

caminho a ser seguido, uma vez em cada caminho poderá levar o pesquisador a alcançar diferentes resultados, deve-se avaliar as limitações e oportunidades colocadas pelo contexto dentro do qual pretende estudar. "O conhecimento na pesquisa interpretativa resulta da compreensão do significado do processo ou experiência vivida a partir do método indutivo" (TEIXEIRA, 2003, p. 183).

A relevância dos dados colhidos junto à equipe técnica que trabalha com a importância devida na preparação dos adolescentes no caso de desligamento, após a permanência no serviço de acolhimento por um longo período, a permanente articulação com a justiça garantindo um planejamento conjunto do processo de desligamento, de modo a prevenir separações abruptas e permitir a avaliação do momento mais adequado para a ocorrência do desligamento. A observação direta possibilitou constatar que os adolescentes que foram desligados da Unidade positivamente mantiveram contato com colegas, educadores e outros profissionais do serviço.

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999, p. 168).

A análise de dados é o processo de formação de sentido além dos dados, exige do investigador sensibilidade de percepção, essa formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que os entrevistados disseram e principalmente o que o pesquisador viu e leu, isto é, o processo de formação de significado.

Os principais autores que subsidiaram a análise dos dados foram: Carvalho (2009); Assis (2006); Bernal (2004); Koller (2004); Dell'Aglio (2000), Matos (2004), dentre outros.

3 CAPÍTULO 2: ADOLESCÊNCIA, DESINSTITUCIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Este capítulo está disposto em três tópicos subdivididos: o primeiro é Adolescência, Construção da Identidade e Desenvolvimento da Autonomia, ressaltando a importância da construção da subjetividade e relações sociais na adolescência; o segundo trata-se da Desinstitucionalização, fase importante na vida dos adolescentes no retorno para a família ou inseridos na sociedade; e o terceiro Políticas Públicas e seu papel organizacional através da oferta de serviços no âmbito da Assistência Social.

3.1 Adolescência, Construção da Identidade e Desenvolvimento da Autonomia

Na teoria, a adolescência pode ser descrita como uma etapa do ciclo de vida caracterizada pelo desapego, gradativamente o afastamento do núcleo familiar de origem em direção ao universo da escola, do bairro e da sociedade. Assim, a referência do grupo de colegas intensifica o mundo da família e dos adultos e constitui a aparência fundamental para o processo de identificação e em relação ao outro, para a construção subjetiva das relações afetivas, amorosas e de amizade, bem como para o amadurecimento e entrada no mundo do trabalho e na vida adulta. A família permanece, contudo, como uma referência importante nesse momento em que o adolescente vivencia a alternância entre normas, limites e independência, característica dessa etapa. Dentro da Unidade de Acolhimento não há distinção, os adolescentes buscam interação com grupos de amigos na escola, nas horas de lazer, em frequências de cursos de que participem.

A Unidade de Acolhimento Nossa Casa tem como referencial adolescentes entre 12 e 18 anos de idade de ambos os sexos. É gerenciada pelo IAPS, uma ONG que foca no trabalho de autonomia para suas vidas fora da Unidade e integração no mercado de trabalho e na sociedade.

O foco deste estudo não são os motivos que levaram esses adolescentes a viver tantos anos em Acolhimento Institucional, mas é importante ressaltar que tal medida de proteção está prevista pelo ECA (1990), sempre que os direitos da criança e do adolescente reconhecidos por essa Lei forem ameaçados ou violados, assevera no Art. 92, inciso II que: "A integração em família substituta, quando esgotados os recursos da manutenção da família natural ou extensa (Redação dada pela Lei 12.010, de 2009)". Também está exemplificado no ECA, no Art. 101 estabelecido no § 1º "o acolhimento institucional e o acolhimento familiar

são medidas provisórias e excepcionais", o que entra em contradição com o contexto histórico desses adolescentes que vivem desde a sua infância em acolhimentos institucionais.

Ressalta-se que esses adolescentes, em sua maioria, são advindos de outras Unidades de Acolhimento, obedecendo perfil de idade e histórico socioeconômico. Os adolescentes que foram escolhidos para esse estudo superaram a todas as etapas de suas realidades de vida até o presente momento em que completaram sua maioridade. Embora suas diferentes histórias tenham se cruzado em Unidades de Acolhimento, são adolescentes trabalhados para uma nova realidade imposta.

A partir do momento em que começa a frequentar outros contextos sociais, como o estabelecimento de educação ou de capacitação, o adolescente tem seus referenciais sociais e culturais ampliados. Segundo Mussen (1977), nesse período, ela constrói novos relacionamentos e é influenciada por novos estímulos: educadores, companheiros da mesma idade, livros, brinquedos, brincadeiras e mídia. Suas habilidades cognitivas aumentam e tornam-se mais complexas e diferenciadas.

A partir de um processo permeado pelo autoconhecimento, construção da identidade e desenvolvimento da autonomia, de modo crescente, o adolescente fará escolhas e se responsabilizará pelas mesmas, adquire maturidade e, enfim, torna-se adulto.

Nesse sentido, Erikson (1976, p. 311) nos chama atenção para o fato de que a adolescência é menos "tempestuosa" naquela parte da juventude que se encontra "na onda de um progresso tecnológico, econômico ou ideológico". A perspectiva ideológica de progresso tecnológico estaria substituindo, em grande parte, o poder da tradição e estariam surgindo universos de exclusão para os jovens que se veem sem perspectiva em uma sociedade com crescente racionalização e tecnificação. Assim, "a crise da juventude é também a crise de uma geração e da solidez de uma sociedade" uma vez que "também existe uma complementaridade entre identidade e ideologia". (PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, 2013, p. 28)

Os adolescentes referidos que viveram em situação de acolhimento por diferentes motivos, foram acompanhados e orientados por profissionais que, cuidadosamente, fizeram cumprir os direitos que lhes assistem por Lei. Tiveram suas vidas administradas através de vários instrumentais, como o Plano Individual de Atendimento (PIA), livros de ocorrências escritos diariamente por educadores sociais, relatórios de acompanhamentos semestrais para entidades superiores, ou seja, vidas regradas com normas e liberdades limitadas. Conforme o § 1º do Art. 19 do ECA:

Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe inter-profissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Goffman (1974, p.11), por exemplo, define instituição total “como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo; levam uma vida fechada e formalmente administrada” .

“Acolhimento institucional” é novo e substitui o termo abrigo (alteração pela Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009); medida excepcional e provisória, pois utilizada como forma de transição, uma vez que visa à reintegração familiar. Consiste em um ambiente de extrema importância para os adolescentes institucionalizados, configurando o microsistema, onde eles realizam um grande número de atividades, funções e interações, como também um ambiente com potencial para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto.

Para Carvalho (2002), o ambiente institucional não se constitui no melhor ambiente de desenvolvimento, pois o atendimento padronizado, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo são alguns dos aspectos relacionados aos prejuízos que a vivência institucional pode operar no indivíduo.

Para Alberto (2003), a institucionalização de crianças e adolescentes faz lembrar pássaros e as instituições imagens de gaiolas, em que cada instituição é uma casa de, "faz-de-conta" é uma família de "faz-de-conta", para crianças e adolescentes que continuam a sentir um profundo vazio de uma casa "de verdade", com uma família "de verdade", como têm os outros meninos e meninas.

Dell'Aglio (2000) investigou diversos aspectos no desenvolvimento de crianças e adolescentes que viviam com a família, não tendo encontrado diferenças consistentes entre os grupos. As análises apontam resultados semelhantes no nível intelectual, desempenho escolar, tendo sido encontrada diferença somente nos índices de depressão, que foram mais altos entre as meninas institucionalizadas. No entanto, conforme a autora, este resultado não pode ser interpretado como indicação de que haja alguma relação causal entre institucionalização e depressão. Na maioria dos casos, a institucionalização se deu em consequência de eventos traumáticos na família (abandono, violência doméstica, negligência), podendo ter sido este o principal fator de risco para a depressão. Além disso, a autora também aponta que, para

muitos dos participantes de seu estudo, a institucionalização foi percebida como um evento de vida positiva.

O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos é resultado de um processo historicamente construído, marcado por transformações ocorridas no Estado, na sociedade e na família. Como já expresso anteriormente no Marco Legal, do ponto de vista doutrinário, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária incorpora, na sua plenitude, a “doutrina da proteção integral”, que constitui a base da Convenção sobre os Direitos da Criança e do ECA. De acordo com essa doutrina jurídica, a criança e o adolescente são considerados “sujeitos de direitos”. A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento. (PNCFC, 2013).

O estudo de Yunes, Miranda, Cuello e Adorno (2002), apontou a predominância da função assistencialista aos mesmos, fundada na perspectiva tão somente de ajudar crianças e adolescentes abandonados, havendo um frágil compromisso com as questões desenvolvimentais da infância e da adolescência. Além disso, são observados problemas funcionais no ambiente institucional, como, por exemplo, o número de funcionários inadequado, ocasionando dificuldades no cumprimento das funções, sobrecarga das tarefas e um atendimento pouco eficaz; e a precariedade na comunicação dentro do microsistema institucional (funcionário/diretoria do abrigo, adolescentes/funcionários, entre outros) e, sobretudo, os microsistemas (abrigo/escola, abrigo/Conselho Tutelar, abrigo/outra instituição que a criança ou adolescente frequenta, entre outros), refletindo dificuldades de articulação na rede de apoio social.

O artigo 6º do ECA dispõe que “na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”. O desenvolvimento da criança e, mais tarde, do adolescente, caracteriza-se por intrincados processos biológicos, psicoafetivos, cognitivos e sociais que exigem do ambiente que os cerca, do ponto de vista material e humano, uma série de condições, respostas e contrapartidas para realizar-se a contento. O papel essencial desempenhado pela família e pelo contexto sócio-comunitário no crescimento e formação dos indivíduos justifica

plenamente o reconhecimento da convivência familiar e comunitária como um direito fundamental da criança e do adolescente. (PNCFC, 2013)

Trabalhar a autonomia dos adolescentes com o objetivo de que eles se insiram com êxito na sociedade, exige das instituições um apoio social significativo das redes. Entretanto, outros estudos apontam as oportunidades oferecidas pelo atendimento em uma instituição, salientando que, em casos de situações ainda mais adversas na família, a instituição pode ser a melhor saída (DELL'AGLIO, 2000). Na busca dessa perspectiva de vida dos adolescentes;

Sustento que o ponto focal no qual se esteia a concepção positivada no texto constitucional e a compreensão de que - por se acharem na *peculiar condição de pessoas humanas em desenvolvimento*- crianças e adolescentes encontram-se em situação especial e de maior vulnerabilidade, ensejadora da outorga de um regime especial de salvaguardas, que lhes permitam construir suas potencialidades humanas em sua plenitude. Crianças e adolescentes são *pessoas* que ainda não desenvolveram completamente sua *personalidade*. (MACHADO, 2003, p. 109).

A importância do trabalho da Unidade na promoção da autonomia dos adolescentes, que terão seus desligamentos institucionais diante da realidade da maioria que não tem em quem se apoiar ao sair para sua vida social, por não ter nenhum ente familiar para amparar-lhes nesse momento, precisa ser eficiente para não serem jogados ao vazio sem perspectiva de vida e sem a certeza de sua capacidade de desenvolver-se como um ser social e seguir sua própria trajetória de vida.

3.2 Desinstitucionalização e a proposta de uma nova realidade

O processo de desinstitucionalização é caracterizado pela retirada de crianças e adolescentes que moram em abrigos e a recolocação delas em suas famílias ou novas famílias. A proposta foi defendida pela subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), Carmen Oliveira, para uma plateia de cerca de 650 pessoas, no 13º Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (ENAPA), no Mar Hotel, em Recife. O Brasil possui o PNCFC que, entre outras coisas, delimita a política de adoção no País. Para Carmen, é impossível pensar a adoção fora desse marco de princípio, que encontra sintonia no documento internacional que está em debate na Organização das Nações Unidas (ONU). O documento foi apresentado por ela nos dias 5 e 6 de junho do ano corrente em Genebra. (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2008)

Um conjunto de medidas são preservadas desde o acolhimento e a permanência dos adolescentes na Unidade, sempre visando à preparação dos mesmos para o retorno a sua família, como também, sua inserção na sociedade. Durante sua permanência na Unidade, os adolescentes mantêm contato direto com pessoas da comunidade preservando seu direito de convivência comunitária com o objetivo de propiciar o desenvolvimento da autonomia e da socialização dos mesmos. Pude acompanhar esse processo durante quatro anos de atuação como educadora social da Unidade, e junto à equipe técnica durante seis meses como estagiária do Serviço Social. Para o fortalecimento da autonomia dos adolescentes a equipe técnica garantiu o direito de suas opiniões serem consideradas, levando em conta seu grau de desenvolvimento.

A segurança e o afeto sentidos nos cuidados dispensados, inclusive pelo acesso social aos serviços, bem como pelas primeiras relações afetivas, contribuíram para a capacidade do adolescente na construção de novos vínculos; para o sentimento de segurança e confiança em si mesmo, em relação ao outro e ao meio de convívio; desenvolvimento da autonomia e da auto-estima; aquisição de controle de impulsos; e capacidade para tolerar frustrações e angústias, dentre outros aspectos.

Atenção especial deve ser dada à preparação nos casos de desligamento de crianças/adolescentes que permaneceram no serviço de acolhimento por um longo período. Uma articulação permanente com a Justiça deve garantir um planejamento conjunto do processo de desligamento, de modo a prevenir separações abruptas e permitir a avaliação do momento mais adequado para a ocorrência do desligamento. Sempre que possível é positivo para a criança e o adolescente, devem ser viabilizados contatos posteriores ao desligamento com colegas, educadores/cuidadores, famílias acolhedoras e outros profissionais do serviço. (SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009).

Em sua fala, Carmen afirmou que o Plano aponta uma ruptura definitiva da institucionalização de crianças e adolescentes, que vigora há séculos. E no final, lembrou que o Governo Federal lançou, em 2007, a Agenda Social Criança e Adolescente, que prevê um investimento de R\$ 2,4 bilhões em políticas de promoção de Direitos Humanos de crianças e adolescentes, entre elas o desabrigoamento e a preparação das famílias para que cumpram suas funções parentais. (SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS, 2008).

Particularmente, no que diz respeito aos adolescentes, a preparação para o desligamento deve incluir o acesso a programas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, como aprendiz ou trabalhador – observadas as devidas limitações e determinações da Lei nesse sentido, visando sua preparação para uma vida autônoma. Sempre

que possível, ainda, o serviço manterá parceria com Repúblicas, utilizáveis como uma forma de transição entre o abrigo e a aquisição de autonomia e independência. (SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009).

O reconhecimento de que todos os profissionais que atuam em serviços de acolhimento desempenham o papel de educador, impõe a necessidade de seleção, capacitação e acompanhamento de todos aqueles responsáveis pelo cuidado direto e cotidiano das crianças e adolescentes acolhidos. Muitas são as características desses profissionais que lidam diretamente com os adolescentes: motivação para a função; aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes; capacidade de lidar com frustração e separação; habilidade para trabalhar em grupo; disponibilidade afetiva; empatia; capacidade de lidar com conflitos; criatividade; flexibilidade; tolerância; pró-atividade; capacidade de escuta; estabilidade emocional, dentre outras.

Não somente os adolescentes precisam ser preparados para o desligamento da Unidade, também para todos os profissionais que participam do cotidiano deles o desligamento não deve ser visto como um momento apenas, mas como resultado de um processo contínuo de desenvolvimento da autonomia e como resultado de um investimento no acompanhamento da situação de cada adolescente.

Investir na capacitação e acompanhamento dos educadores/cuidadores, assim como de toda a equipe que atua nos serviços de acolhimento, incluindo coordenador, equipe técnica e equipe de apoio, é indispensável para se alcançar qualidade no atendimento, visto se tratar de uma tarefa complexa, que exige não apenas espírito de solidariedade, afeto e boa vontade, mas uma equipe com conhecimento técnico adequado. Para tanto, é importante que seja oferecida capacitação inicial de qualidade e formação continuada a tais profissionais, especialmente para aqueles que têm contato direto com os adolescentes. (SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009).

"A preparação gradativa para o desligamento" está prevista no VIII do Art. 92 do ECA dentre os princípios exigido das entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional.

Durante o tempo em que trabalhei na Unidade, tive a oportunidade de acompanhar grande parte do trabalho da equipe técnica com os adolescentes para a saída dos mesmos ou retorno para a família de origem, extensa (tios, avós etc.) ou substituta. A preparação para seus egressos e o apoio do IAPS em desempenho de oportunidades para inserção no mercado de trabalho. São muitas as experiências adquirida junto aos adolescentes daquela Unidade de Acolhimento, muitos deles chegaram e nunca haviam andado de ônibus, não conheciam a

comunidade, não andavam sozinhos, nem mesmo sabiam fazer pequenas compras. A maioria chegaram com idades de 12 anos, e ao saber que eles iriam permanecer acolhidos até seus 18 anos, impossível não se sensibilizar com a realidade de vida desses adolescentes, confesso que me tirava noites de sono pensando em tal situação.

Não tinham autorização para sair com os amigos ou namorar. Não podiam escolher ou opinar sobre o dia a dia da instituição, nem mesmo sobre suas vidas. Aos poucos, conforme seus desenvolvimentos, sua participação dentro da Unidade ia se intensificando, mas é no dia a dia, nas pequenas práticas, nas atitudes corriqueiras que o amadurecimento para a vida cotidiana vai se estabelecendo. É dessa maneira que o projeto político-pedagógico do abrigo vai ganhando vida. Os adolescentes não saíram imediatamente da Unidade quando fizeram 18 anos e isso não pode ser visto como um favor ou bondade da instituição. As situações não são iguais e necessitam de encaminhamentos diferenciados. Alguns ultrapassaram aos 20 anos de idade. Existe um período de adaptação após a saída dos adolescentes até o desligamento definitivo.

Diante da realidade exposta em relação aos adolescentes que vivem a maior parte de suas vidas dentro de uma Unidade de Acolhimento e que acarreta responsabilidades, o Estado divide entre família e sociedade através de Políticas Públicas direcionadas a esse público.

3.3 Políticas Públicas no Âmbito de Acolhimento Institucional para Adolescentes

O tema Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes demonstra interesse por parte de estudiosos que se preocupam com a situação de vulnerabilidade social, o aumento de crianças que são vítimas da violência tanto na estrutura organizacional como na família, que são excluídas da sociedade. Esse aumento de vulnerabilidade social, fez-se com que o regime político buscasse resolução para as problemáticas e desencadeasse um conjunto de ações movidas pelo Estado.

Dada a importância ao próprio funcionamento da Unidade para garantir a oferta de atendimento adequado às crianças e aos adolescentes, os serviços de acolhimento deverão elaborar um Projeto Político-Pedagógico (PPP), que deve orientar a proposta de funcionamento do serviço como um todo, tanto no que se refere ao seu funcionamento interno, quanto seu relacionamento com a rede local, as famílias e a comunidade. Sua elaboração é uma tarefa que deve ser realizada coletivamente, de modo a envolver toda a equipe do serviço, as crianças, adolescentes e suas famílias. Após a elaboração, o Projeto deve ser implantado, sendo avaliado e aprimorado a partir da prática do dia a dia.

Machado (2003, p. 140) assevera que: "Na base da noção de proteção integral está a ideia de efetivação dos direitos fundamentais. Logo, na criação de instrumentos jurídicos que assegurem essa efetivação. Um deles, como dito, são as políticas sociais publicas. Outro é a tutela jurisdicional".

É missão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) desenvolver políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente. Tal missão é executada pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA). (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013).

O ECA surge como o principal legislação cujo objetivo é a exigência para o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Rompem, assim, com a visão clientelista e repressora em toda a legislação que antecedeu em nosso País, nos Arts. 227 e 228 da Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010). Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. (BRASIL, 1988).

Segundo Torres (2004, p. 241), ela veio concretizar "os novos direitos das crianças e adolescentes, apresentando um caráter inovador e de ruptura com a tradição nacional".

A partir da preconização do ECA e seus princípios, a operacionalização da política de atendimento constitui-se, desde a sua promulgação, em um grande desafio aos agentes que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, isto é, ao conjunto de atores sociais que devem prezar pela proteção integral à criança e ao adolescente, garantindo seus direitos: a família, as organizações da sociedade (instituições sociais, associações comunitárias, sindicatos, escolas, empresas), os Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e as diferentes instâncias do poder público (Ministério Público, Juizado da Infância e da Juventude, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança Pública) (MACHADO, 2011).

A estruturação de um plano nacional destinado à promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária reflete a clara decisão do Governo Federal de dar prioridade a essa temática, com vistas à formulação e implementação de políticas públicas que assegurem a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, de forma integrada e articulada com os demais programas de governo.

Portanto, a criação de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) e órgãos públicos centrais, com o intuito de controlar e fiscalizar as políticas e programas de atendimentos, com base no modelo de gestão pública tradicional, gerado em termos de uma filosofia de democracia participativa.

Foram criados também, os Conselhos Tutelares, órgãos autônomos e permanentes de natureza não jurisdicional, disposição expressa no ECA, contudo, não tem como atribuição legal a disponibilização direta dos serviços públicos à população infanto-juvenil (saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança); é de sua atribuição reivindicar, junto ao Poder Judiciário, estes serviços públicos à criança e ao adolescente, ou à sua família, quando esses direitos forem violados. (POLÍTICAS DE ATENDIMENTOS, 2011)

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) é resultado de um processo participativo de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todos os poderes e esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais, os quais compuseram a Comissão Intersetorial que elaborou os subsídios apresentados ao Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CONANDA) e ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). (PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, 2013).

A CF de 1988 e a promulgação do ECA trazem um novo olhar sobre a infância e a adolescência, ao incluir diretrizes da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada por unanimidade na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, e assinada pelo Brasil em 26 de janeiro de 1990. O Brasil é um dos poucos países que prevê legalmente a constituição de conselhos paritários e deliberativos na área das políticas para crianças e adolescentes, assim como a estruturação de conselhos tutelares eleitos pelas próprias comunidades. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013)

As referências da CF e do ECA são fundamentais para a definição de deveres da família, do Estado e da sociedade em relação à criança e ao adolescente. São fundamentais, ainda, para definir responsabilidades em casos de inserção em programas de apoio à família e de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Entretanto, a definição legal não supre a necessidade de se compreender a complexidade e riqueza dos vínculos familiares e comunitários que podem ser mobilizados nas diversas frentes de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas

obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o status da pessoa dentro do sistema de relações familiares.

Em termos de acesso à Justiça, o ECA previu a criação de Varas especializadas e exclusivas da infância e juventude em proporcionalidade ao número de habitantes da localidade, cabendo ao Poder Judiciário, em sua proposta orçamentária e em sua execução, criá-las e dotá-las de infra-estrutura dispendo sobre o seu atendimento, inclusive em forma de plantões, bem como a provisão de recursos para a manutenção da equipe inter-profissional que assessora o Juiz. (POLÍTICA DE ATENDIMENTO, 2011)

O CONANDA é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal foi criado pela Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991 e é o órgão responsável por tornar efetivos os direitos, princípios e diretrizes contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Conta, em sua composição, com 28 conselheiros, sendo 14 representantes do Governo Federal, indicados pelos ministros e 14 representantes de entidades da sociedade civil organizada de âmbito nacional e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, eleitos a cada dois anos. (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2008).

O Brasil foi escolhido pelos países para apresentar a proposta de documento que definirá as diretrizes que serão adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), que orientam os estados membros, por ser pioneiro na implantação dessas diretrizes e ter um Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária aprovado pelo CONANDA desde 2006.

A SEDH (2013) também coordena o Compromisso pela Redução da Violência contra Crianças e Adolescentes. Para isso, serão investidos mais de R\$ 2 bilhões, até 2010, para desenvolver quatro projetos que garantam o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes. Os projetos envolvem a participação de 13 ministérios. Os projetos são: **Caminho pra casa** – promove o direito à convivência familiar e comunitária, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. A ideia é acabar com o abrigo por pobreza, o que acontece com frequência atualmente e reorganizar a rede de acolhimento. O projeto terá como ações a implantação do Cadastro Nacional de Adoção, a implantação de projetos de famílias acolhedoras, o reordenamento físico dos abrigos e qualificação das equipes, além da criação de moradias coletivas para jovens que atinjam a maioridade nos abrigos. **Na Medida Certa** – que tem o objetivo de fortalecer a implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e, com isso, desmontar o antigo Sistema Febem. Entre as medidas, destacam-se: a qualificação de profissionais, a readequação do espaço físico

das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, o apoio à municipalização das medidas de meio aberto. **Bem-me-quer** – Voltado para os municípios das Regiões Metropolitanas de maior vulnerabilidade para a violência. Prevê a expansão de redes de creches e pré-escolas, atividades esportivas em turno alternado, acompanhamento e ampliação da rede de assistência social, ampliação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, equipagem dos Conselhos Tutelares e de Direitos.

Uma política de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária perpassa ambos os sistemas e é fundamental para o aprimoramento da interface entre eles. Tanto o CONANDA quanto o CNAS são categóricos ao afirmarem que este direito só será garantido com a interação de todas as políticas sociais, com centralidade na família para o acesso a serviços de saúde, educação de qualidade, geração de emprego e renda, entre outros. Desta forma, as contribuições sobre o papel de cada setor no apoio e garantia do direito à convivência familiar e comunitária será de grande relevância. (PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, 2013).

De acordo com a Secretaria dos Direitos Humanos (SEDH, 2008), algumas das principais pautas do CONANDA são:

o combate à violência e exploração sexual praticada contra crianças e adolescentes; a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente; a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes com deficiência; criação de parâmetros de funcionamento e ação para as diversas partes integrantes do sistema de garantia de direitos; e o acompanhamento de projetos de lei em tramitação no CN referentes aos direitos de crianças e adolescentes.

Dentre as principais finalidades e competências do Conselho, estão:

Estão entre as principais competências do conselho: buscar a integração e articulação dos conselhos estaduais, distrital e municipais e conselhos tutelares, assim como dos diversos conselhos setoriais, órgãos estaduais e municipais e entidades não governamentais; acompanhar o reordenamento institucional, propondo modificações nas estruturas públicas e privadas; oferecer subsídios e acompanhar a elaboração de legislação pertinente ao tema; promover a cooperação com organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais; convocar, a cada dois anos, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONANDA realiza suas assembleias mensalmente, está vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e possui quatro Comissões Temáticas (Políticas Públicas, Orçamento e Finanças, Formação e Mobilização e Direitos Humanos e Assuntos Parlamentares) Além da definição das políticas para a área da infância e da

adolescência, o CONANDA também fiscaliza as ações executadas pelo poder público no que diz respeito ao atendimento da população infanto-juvenil e é responsável pela gestão do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FNCA), pela regulamentação, criação e utilização desses recursos, garantindo que sejam destinados às ações de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, conforme estabelece o Estatuto. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013).

É importante que os adolescentes que se encontram em instituições há muito tempo tenham contato com a vida comunitária onde residem, pois será seu ambiente no futuro facilitando o encontro com a realidade e abrindo-lhes possibilidades de um bom relacionamento com a população e a sociedade no seu cotidiano. A própria sociedade muitas vezes desconhece a realidade desses adolescentes que vivem em vulnerabilidade social, por falta de interesse ou de oportunidade de conhecimento pela própria pouca importância dada ao motivo que leva os adolescentes a viverem em Unidades de Acolhimento.

A esse respeito se confirma que:

A presença da sociedade civil nos Conselhos, garante aos cidadãos a possibilidade de acesso às informações oficiais e ações públicas. E envolve-os politicamente para uma interlocução constante – ampliando assim os espaços de mediação, negociação e decisão. Esta participação facilita o controle, permitindo que projetos e ações se voltem aos problemas mais coletivos e prioritários e os recursos financeiros sejam efetivamente visíveis e dirigidos à maioria da população, na linha do atendimento às suas necessidades básicas. Os Conselhos reúnem em si portanto, autoridade para desencadear um processo amplo de participação, que democratize a coisa pública. (INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS, 1993, p. 18).

Os Conselhos de Direitos possuem, portanto, uma função política relevante, que é a de definir e implementar a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente; seu caráter é deliberativo e controlador.

Com políticas básicas articuladas com a educação, a saúde e a moradia, estas ações visam à proteção integral da criança e do adolescente, e enfatizam o atendimento àqueles que vivem em situação de necessidade e, por isso, precisam de serviços de caráter especializados. Em conformidade com os princípios e as diretrizes estabelecidas, e em cumprimento a elas, o ECA concebe diversas modalidades de programas que devem ser desenvolvidos por entidades de atendimento, governamentais e não-governamentais, os quais são apresentadas no art. 90, sendo divididas em programas de proteção e sócio-educativos: Orientação e apoio sócio-familiar; Apoio socioeducativo em meio aberto; Colocação familiar; Acolhimento institucional; Liberdade assistida; Semi-liberdade; Internação. (MACHADO, 2011).

Ainda assim, as “redes sociais de apoio” são uma frente importante para o trabalho com inclusão social da família e com a proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Isto porque os vínculos afetivos e simbólicos podem ser reconhecidos, mobilizados e orientados no sentido de prover apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, de prestar cuidados alternativos às crianças e aos adolescentes afastados do convívio com a família de origem, e, finalmente, para tomar decisões relativas à atribuição de guarda legal e adoção. Entretanto, há que se enfatizar que apenas a existência de vínculos sociais e afetivos não é suficiente e as providências necessárias para a regularização da situação da criança e do adolescente, do ponto de vista legal, devem ser tomadas, tendo em vista a prevenção de violência e a garantia de seus direitos de cidadania.

Do mesmo modo, como constituem serviços que compõem a rede socioassistencial, os serviços de acolhimento devem também possuir registro no Conselho Municipal de Assistência Social e submeter-se também à sua fiscalização. Apesar dos direitos assegurados no ECA, o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2003, identificou o descompasso existente entre a legislação e a realidade dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil. A pesquisa foi realizada em 584 serviços de acolhimento para crianças e adolescentes co-financiados com recursos do MDS, e representou um marco na mobilização nacional para a discussão acerca do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Esse processo iniciado em 2002, com a Caravana da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ganhou impulso, em 2004, após a publicação da pesquisa, quando o Ministro Chefe da SEDH e o Ministro de Estado do MDS, com o apoio da UNICEF, convocaram outros Ministérios e atores para a formação de uma Comissão Intersetorial que apresentou os subsídios ao CONANDA e ao CNAS para elaboração do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Os Conselhos analisaram e aprimoraram o documento, aprovado em assembleia conjunta em 2006, após incorporação das sugestões apresentadas na consulta pública.

Ressalte-se que, além dos dois Conselhos e do Poder Público, a sociedade civil teve também uma importante participação na construção coletiva do Plano Nacional. Paralelo a esse processo, em 2004, foi aprovada, pelo CNAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com o objetivo de concretizar direitos assegurados na Constituição Federal (1988) e

na LOAS, de 1993. A PNAS organiza a matriz de funcionamento do SUAS, inaugurando no País um novo paradigma de defesa dos direitos socioassistenciais.

Na sequência, a aprovação da NOB/SUAS estabeleceu parâmetros para a operacionalização do Sistema Único em todo o território nacional. Em 2006, foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH) do SUAS que, dentre outros aspectos, estabeleceu parâmetros nacionais para a composição das equipes que devem atuar nos serviços de acolhimento. A organização do SUAS, como um sistema, pressupõe a articulação da rede socioassistencial com as demais políticas públicas e com o SGD e elege a família como foco central de atenção. A previsão de serviços de caráter preventivo e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, de atendimento especializado a indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos e de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, tem importância fundamental no que diz respeito à concretização do direito à convivência familiar e comunitária. Um grande desafio que é colocado para a implementação do SUAS no País é o de reorganizar os serviços de acolhimento e romper com práticas incompatíveis com a realidade pesquisada. De acordo com a PNAS (2004, p. 37):

A ênfase da proteção social especial deve priorizar a reestruturação dos serviços de abrigo - dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias - para as novas modalidades de atendimento. A história dos abrigos e asilos é antiga no Brasil. A colocação de crianças, adolescentes, pessoas com deficiências e idosos em instituições para protegê-los ou afastá-los do convívio social e familiar foi, durante muito tempo, materializada em grandes instituições de longa permanência, ou seja, espaços que atendiam a um grande número de pessoas, que lá permaneciam por longo período – às vezes a vida toda. São os chamados, popularmente, como orfanatos, internatos, educandários, asilos, entre outros.

Nesse sentido, o presente documento visa estabelecer parâmetros de funcionamento e oferecer orientações metodológicas para que os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes possam cumprir sua função protetiva e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento de suas famílias. A elaboração dos parâmetros apresentados neste documento dá continuidade ao compromisso do MDS, da SEDH, do CONANDA, do CNAS e da sociedade civil organizada com a afirmação, no estado brasileiro, do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2009).

4 CAPÍTULO 3: O CAMPO DA PESQUISA E A APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE DOS SUJEITOS

Este capítulo expõe, através de tópicos subdivididos, as ideias colhidas com a equipe técnica e com os adolescentes egressos da Unidade de Acolhimento destacando os seguintes pontos: o primeiro descreve o relato da experiência na Institucionalização e a Realidade como Lição de vida na Visão dos Adolescentes; o segundo sobre as Atividades Desenvolvidas Direcionada para a Autonomia; terceiro tópico relata a opinião dos Desafios e Dificuldades Encontrados na Execução das Atividades; quarto consta o apoio do IAPS para com a Unidade e os Adolescentes em si; e em quinto a Relação da Unidade de Acolhimento para com os Adolescentes Egressos.

A Unidade de Acolhimento Nossa Casa, conforme já mencionado, foi o campo da pesquisa, onde investiguei as atividades desenvolvidas pela equipe técnica voltadas para a preparação dos adolescentes para seus desligamentos institucionais. Um roteiro de entrevista foi aplicado com a assistente social e com a coordenadora, que possui formação em Pedagogia, as quais foram escolhidas entre os profissionais que compõem a equipe técnica da Unidade para esclarecimento quanto ao desenvolvimento das atividades, qual o objetivo das mesmas e a eficiência da equipe quanto aos adolescentes em seus períodos de adaptação. Também foram entrevistados três dos adolescentes já desligados da Unidade no período de três anos correntes. Os adolescentes esclareceram e expuseram suas experiências e expectativas relacionadas a Unidade de Acolhimento e ao apoio direcionado a suas adaptações após a desinstitucionalização dos mesmos.

4.1 A Institucionalização e a Realidade como Lição de Vida na Visão dos Adolescentes

O perfil dos adolescentes entrevistados foi traçado de acordo com suas vidas atuais após seus períodos de desligamento da Unidade de Acolhimento. Foram três sujeitos escolhidos a partir do seu tempo de saída, já exposto anteriormente, os quais terão suas identidades preservadas e serão identificados por nomes comuns fictícios.

A primeira foi chamada de Joana do sexo feminino, com 19 anos de idade, se declara sem religião, foi desligada da Unidade de Acolhimento em 2014, encontra-se engajada no projeto Jovem Aprendiz no período da manhã, trabalha no IAPS à tarde, tem uma renda de R\$ 590,00 e estuda no período da noite em escola pública, está cursando o terceiro ano do ensino médio. Divide aluguel de R\$ 370,00 com um irmão, no momento desempregado e um amigo

que também morou na Unidade de Acolhimento no mesmo período, e ajuda nas despesas do apartamento.

Joana faz um breve relato sobre sua primeira entrada numa Unidade de Acolhimento quando tinha 5 anos de idade, embora não lembre com detalhes, mas acrescenta que desde seus 3 anos que era obrigada a dormir na rua por causa de seu padrasto que sempre chegava do trabalho no final do dia embriagado e expulsava ela e seus irmãos de casa. Todos os dias o mesmo bebia e não permitia que ela e seus irmãos dormissem na casa pois era pai biológico de um dos irmãos, por ser muito criança na época, o pouco que sabe foi através de seus irmãos mais velhos em depoimentos, juntos foram para a Unidade de Acolhimento Tia Julia, ela aos 5 anos. Em seu relato, Joana diz:

Nós éramos cinco irmãos e fomos todos para o "abrigo" Tia Julia, ao chegar lá a gente foi adotados todos os cinco... só que, não pela mesma família, duas famílias diferentes [...] mais tarde acabamos ficando com uma das famílias, porque uma família desistiu. Moramos cinco anos com eles, mas depois retornamos pra o Tia Julia, [...] sendo que os dois irmãos mais velhos não tinha mais a faixa etária pra ficar lá, [...] então tiveram que ir pra um outro "abrigo". Mesmo quando sai do Tia júlia fui para o "abrigo" Santa Gianna e continuei separada dos meus irmãos, sendo os dois mais velhos no Nossa Casa e os dois mais novos no Tia júlia.

Com esse depoimento, observamos a realidade contraditória que é defendida por lei no ECA em seu Art. 92, sobre entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, e que tem como o princípio o não desmembramento de grupos de irmãos. Em seu depoimento, Joana falou emocionada sobre a não convivência com seus irmãos, apesar das visitas constantes nos finais de semana de uma unidade para outra. Ao ser interrogada sobre ter sofrido algum tipo de violência dentro das Unidades, a mesma fez sinal positivo, mas se recusou a falar sobre, dizendo ser muito particular e mudou de assunto.

O segundo sujeito que chamarei de Pedro encontra-se desempregado, abandonou o estudo mesmo antes de sair da Unidade de Acolhimento, cursando a 9º série do ensino fundamental, tem 20 anos de idade, declara sua religião umbandista, morou em vários lugares depois que saiu da Unidade, e diz ser bastante desorganizado e por isso tem dificuldade de encontrar alguém que divida um aluguel. Atualmente, mora com uma irmã e um ex-acolhido da mesma Unidade, ajuda nas tarefas domésticas e está procurando um trabalho. Saiu da Unidade em 2013.

Segundo seu relato, a primeira vez que foi para uma Unidade de Acolhimento tinha 6 anos de idade, o motivo é que apanhava do padrasto e vivia na rua pedindo esmola para sustentar o vício de sua mãe com bebida alcoólica. Ele e mais quatro irmãos foram pegues numa madrugada e levados para a Unidade de Acolhimento Tia Júlia. Morou em três

Unidades de Acolhimento até chegar no Nossa Casa, onde morou dos 12 aos 18 anos de idade.

Pedro ressaltou a dificuldade de adaptação por conta da troca de Unidade periodicamente por causa da idade e até mesmo pela convivência com os outros adolescentes, cada um pensando do seu jeito, e relata que:

A adaptação... que é complicado se adaptar a cada ano, assim, em cada tempo um "abrigo" diferente. E a questão mesmo da convivência com os outros meninos, [...] porque eu penso de um jeito e outro pensa de outro jeito... então aconteceu que o debate de personalidade que dificultou muito a minha convivência no "abrigo"..., mas consegui levar[...].

Em relação a violência, assim como Joana, Pedro também admitiu ter sofrido, mas decidiu não relatar. O mesmo mantém contato com os dois irmãos que ainda estão acolhidos na mesma Unidade de Acolhimento e com a irmã com quem mora.

O terceiro sujeito entrevistado trata-se de Mário, também é um nome fictício que usarei para identificá-lo em seu relato. O mesmo tem 22 anos de idade, abandonou seus estudos cursando a 5ª série do ensino fundamental quando ainda residia na Unidade de Acolhimento. Atualmente, trabalha e tem renda mensal de R\$ 788,00 e paga um aluguel de R\$ 300,00. Mora sozinho, sua religião é a católica, é solteiro e saiu da Unidade com 20 anos de idade em 2013. Nunca teve nenhum tipo de problema em se relacionar com os demais acolhidos, tem uma irmã que morou junto com ele em todas as Unidades que passou no total de três, Tia Júlia, Casa da Criança e, por fim, Nossa Casa de onde saiu para morar sozinho.

Mário fala que perdeu sua mãe em seu nascimento, nasceu junto com sua irmã, são siameses, embora não tenha muito detalhe sobre esse fato, porque nunca se mostrou curioso pra saber, diz que sempre esteve junto com sua irmã onde morou. Chegaram na Unidade de Acolhimento Tia Júlia recém nascidos e lá permaneceram até os 7 anos, passou o período dos 7 anos aos 12 anos na Casa da Criança e em seguida foi morar no Nossa Casa, sempre acompanhado da sua irmã.

Dos três relatos, apenas Pedro no momento encontra-se desempregado, com dificuldade de se colocar no mercado de trabalho por se sentir despreparado profissionalmente e admite ter sido alheio ao que lhes foi oferecido antes de sua desinstitucionalização da Unidade de Acolhimento.

Pensando em Unidade de Acolhimento, Goffman (1974, p. 11) define como "um lugar de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante,

separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada".

O trabalho das Unidades de Acolhimento, na autonomia dos adolescentes, embora relatados em alguns pontos positivos está mais relacionado à parte administrativa e burocrática em relação aos adolescentes, esquecendo de trabalhar minimamente seus cotidianos.

4.2 As Atividades Desenvolvidas dentro da Unidade voltadas para a Autonomia dos Adolescentes

A equipe técnica procura desenvolver as atividades do cotidiano dos adolescentes até a saída, sozinhos, para execução de tarefas particulares como: cursos, escolas e eventuais compras dentro e fora da comunidade, no centro da cidade, por exemplo.

A autonomia está fortemente relacionada a hábitos da vida cotidiana dentro da Unidade, ao incentivo ao senso crítico, a serem mais ativos e conscientes do processo ao qual estão envolvidos.

Em seu relato sobre as atividades, a Coordenadora deixa clara a rotina da Unidade, onde, através de cronograma e por questão de organização, divide o horário das tarefas e obrigações. A conscientização de cada um individualmente como cuidar de seus pertences, lavar suas próprias roupas, arrumar cama, quarto e manter organizado. E acrescenta, "não é fácil [...] pois eles chegam aqui sem que, o trabalho de autonomia tenha sido iniciado [...] muitos não gostam de fazer nada, questionam que na Unidade que estava não precisavam fazer nada [...] não eram cobrados de nada". Nessa perspectiva, a assistente social relata:

[...] assim... quando é em abrigo é dada muito a noção de, há vocês tem todos os "Direitos" tem muitos "Diretos" e é como se não fosse dado dever nenhum porque todas palestras que eles vão esses locais que eles participam, o que que é dito? que vocês estão sendo, assim... são protegidos... vocês vão ter direito a isso, aquilo, tanto que tem uns que preferem está aqui do que em casa porque as vezes a questão de estarem aqui é a pobreza da família e pobreza não é pra tá em abrigo, mas eu vou levar o menino a força? não, não posso, entendeu? então as vezes é... eles criam essa sensação de acomodação mesmo, a família cria eles criam... e quando chega aos 18 anos que acaba... muitos não tem.. não assim aquele... digo aquela segurança necessária pra seguir sua vida fora do abrigo[...].

A própria ansiedade de viver sua independência ao completar a maioridade faz com que aumentem a dificuldade e os desafios enfrentados pela equipe técnica no

desenvolvimento das atividades, pois eles exigem resultados imediatos, como parar de estudar para trabalhar, entre outros.

Martinez, Soares e Silva (2008, p. 124), no que diz respeito ao desligamento institucional, denominam a situação como "desraizamento, quando sai de um lugar seguro "abrigo", para um lugar ainda não conhecido".

O trabalho de conscientização realizado pela Unidade de Acolhimento na concepção de Joana limitou-se muito nas palavras sem ações, ou em um tipo de liberdade muito limitada, regularizada e monitorada sem total confiança na relação adolescente e a Unidade. Quanto à capacitação e sua autonomia, ela afirma que:

Desde que entrei nesse "abrigo", já tinha idade de conscientizar a gente de que a gente não iria viver pra sempre em "abrigo", de que uma hora a gente ía ter que sair, sempre falavam que tinham que fazer alguma coisa pra capacitar a gente [...] mas nunca faz, porque botar...sinceramente, botar você em um curso que você, ganha assim, por você, mas você não pode ir pro curso sem a pessoa tá lhe regulando [...] e quando você sai não vai ter essa pessoa pra tá te regulando.

E ainda acrescenta falando que não sabe cozinhar porque não podia entrar na cozinha, e quando podia não tinha mais interesse, acabava não sendo dada a importância devida ao fato. E diz: "falar eles falam muito que quer capacitar você pra vida, mas eu duvido que tenha alguma pessoa que saiu de lá que foi capacitada no "abrigo", se ela sabe fazer alguma coisa não foi porque o "abrigo" ensinou não".

Pedro diz que reconhecia o trabalho da equipe técnica no desenvolvimento da autonomia de seus colegas, mas se achava excluído pelo fato de não acreditar que a hora de sua saída chegaria, portanto, quando era solicitado pelo Serviço Social para conversar sobre o assunto não era tratado com seriedade, e afirma: "quando chegou o momento de sair [...] tive que sair com a cara mais lavada do mundo".

Mário saiu da Unidade já trabalhando, mas quanto a isso diz: "não fui preparado pra sair, não vou mentir, fui não [...] na hora que sai, eu pensei o que vou fazer na minha casa nova [...] meu medo mesmo era de dá alguma coisa errada na minha vida assim de repente e eu ficar na rua, não gosto de ficar na rua [...] pedindo as coisas a um e a outro".

Com isso, se fortalece o que diz Castel (2009), quando se refere que o isolamento é o empobrecimento das relações sociais. No caso dos três sujeitos entrevistados, encontravam-se em total fragilidade, pois desde muito tempo, crianças viveram isolados da realidade social.

Somente um dos três sujeitos reconhece o trabalho da equipe técnica e o esforço na preparação para a saída dos adolescentes. Se declara displicente quanto ao que lhes foi proporcionado por imaturidade ou por não aceitar a ideia de responsabilidade por si mesmo.

Os outros dois sujeitos, aceitam que o trabalho de conscientização é válido, mas em ações deixa a desejar, pois lhes faltou prática de habilidades domésticas, responsabilidade na vida social, exposição no que diz respeito a seus direitos como cidadãos, também mais rigidez na exigência de frequência em cursos e na escola, de modo geral a autonomia de objetividade e subjetividade.

4.3 Dificuldades e Desafios na Execução das Atividades Com os Adolescentes

Os adolescentes são acompanhados individualmente pela equipe técnica, ressaltando a capacidade de desenvolvimento de cada um, sendo que alguns dos adolescentes, por motivos subjetivos ou falta de interesse, não conseguem acompanhar um nível de escolaridade correspondentes às suas idades. Em seu relato, a coordenadora assevera que:

A maioria dos adolescentes, demonstram falta de interesse de estudar é... de participar dos cursos profissionalizantes oferecido pelo IAPS, é, perde oportunidades de se aperfeiçoar numa profissão que possa seguir ao sair daqui. [...] E, também perde o perfil exigido pelos projetos como: Vira Vida, Primeiro passo, e outros. Embora tudo que fazemos seja pensando no bem estar deles, sempre prevalece a vontade deles, porque muitos já vem com costumes das outras Unidades que estiveram antes e fica difícil convencer a mudar, né, por ser uma idade considerada problemática...[...].

Todo trabalho que envolve as condições de vida dentro da Unidade para com os adolescentes, é direcionado à visão futura pensando no pós Unidade de Acolhimento, na vida que eles terão depois de seus desligamentos definitivos e com suas idades alcançadas. "O grande desafio está em conscientizar esses adolescentes a importância de estudar e que tudo que eles tem, embora sejam amparados pela lei, lá fora é outra realidade", diz a coordenadora.

A dificuldade de estabelecer e monitorar o cotidiano dos adolescentes é questionada pela equipe técnica. Assim, apontam Soares e Camargo Jr. (2002, p. 75):

outra implicação da defesa da autonomia como valor fundamental em uma sociedade democrática e responsável refere-se à formulação de políticas. Estas não deveriam ser políticas rígidas, mas diretrizes mais gerais que explicitem seus pressupostos e objetivos, deixando ampla margem de flexibilidade para que se possa adaptar estratégias diversas de acordo com as realidades concretas que vão se apresentando.

Segundo a assistente social, quando os adolescentes chegam à Unidade, eles vêm com a ideia de que irão passar muito tempo, então eles têm a oportunidade de se encaixar em uma atividade de que goste, são incentivados a terminar os estudos e fazem isso através de muita conversa, porque muitos não querem estudar, acham que não precisam. Com o passar de cada

ano vai aumentando a ansiedade da hora de sair. Alguns querem logo trabalhar e deixar de estudar e delegam a responsabilidade de arranjar emprego na equipe técnica, outros ficam receosos em pensar que saindo da Unidade, a realidade lá fora os assusta pelo motivo de não conhecer e porque acham que perderão o apoio da Unidade pra sempre.

A equipe técnica se utiliza de muitas reuniões para conscientizar os adolescentes da importância de saber fazer, também de grupos de faculdades e universidades que procuram a Unidade para desenvolver algum tipo de dinâmica, palestras com temas voltados para a adolescente e sua autonomia, grupos religiosos despertando a crença de cada um, mas a assistente social encontra obstáculo ao tentar ensinar os adolescentes na parte de cozinha, por exemplo, pelo motivo do que eles falarão para o Juiz, pois se na casa é exigido a contratação de cozinheiras e de serviços gerais, onde caberá a atividade de colocar eles pra fazer? O que responderá ao Juiz caso questione a presença de adolescentes nas atividades da cozinha? A intenção é deixar bem claro que eles têm "Direitos" e "Deveres" a cumprir, aproveitando as visitas de palestrantes para direcionar o tema a esses sentidos.

"As outras Unidades não tem a preocupação em colocar eles pra já ir fazendo algumas coisas básicas como, lavar seus calções a importância da individualidade, pois em algumas Unidades as roupas são coletivas, tem deles que chegam aqui com duas mudas de roupas", afirma a coordenadora.

Como chegam à Unidade com faixa etária de 12 anos de idade, precisam ter contato com a comunidade e ser matriculados em uma nova escola. Alguns sofrem com o afastamento das outras Unidades por já estarem apegados aos educadores de onde vieram. Existe aquele período de resistência a se adaptar ao novo ambiente, novas normas, regras de convivência, a reação inicial é fechar-se para os outros e se isolando, como forma de protesto àquela nova situação. Não gostam de quase nada, passam o tempo todo comparando com o que viveram na Unidade anterior, criticam os educadores, não gostam da nova escola porque é "feia", é "longe", os novos colegas são "chatos", os professores "não gostam deles", e assim vão cedendo muito lentamente e absorvendo a atenção dedicada por parte de todos os funcionários.

Lidar com os adolescentes nesse objetivo, que é a conscientização e autonomia, a equipe técnica conta com apoio dos educadores diurnos e noturnos e a coordenadora afirma que: mesmo se tratando da subjetividade dos adolescentes, é importante a sintonia entre aqueles que participam do cotidiano de cada um, se reúnem, periodicamente, procurando saber se algum adolescente está com dificuldades na realização de tarefas dentro ou fora da casa, se tem demonstrado algum comportamento estranho em relação aos outros, caso apareça

alguma anormalidade, procura-se dar maior atenção aquele especificamente que está agindo de tal forma. Visivelmente emocionada, a coordenadora relata:

Tudo que buscamos fazer para melhorar...falo em seus desempenhos como pessoa ou futuramente como profissionais eu pergunto...é perfeito? Não... infelizmente não podemos mudar a subjetividade deles. [...] fazemos um trabalho focado no futuro de pessoas de bem com muito sucesso na vida e até nos gratificamos quando concretizamos esse objetivo, [...] mas as vezes falhamos, como também falhamos com nossos próprios filhos, sempre queremos o melhor pra eles...

Joana admite não ser uma pessoa muito fácil de lidar por ter personalidade forte e atribui essa característica a algumas experiências desagradáveis que passou dentro de Unidades de Acolhimento, embora não tenha entrado em detalhe por escolha própria, afirma já ter sofrido violência, e demonstra tristeza ao falar no assunto. Sempre sentiu dificuldades em se relacionar com os demais integrantes da Unidade. Inclusive com a atual coordenadora a qual na sua concepção antecipou sua saída antes de terminar o ensino médio. Pedro parou os estudos na 9ª série e sentiu-se envergonhado ao fazer essa revelação:

[...], não fui uma criança muito revoltada, [...] mas cresci muito desleixado, muito brincalhão, levava tudo na brincadeira, o tempo foi passando, [...] até que um dia eu cai na realidade e já tava um pouco tarde, mas pretendo terminar os meus estudos que eu quero ser... um bom promotor.

Tanto no depoimento de Joana como o de Pedro, ambos revelam o envolvimento com drogas durante suas permanências na Unidade quando depois de suas saídas. Atualmente, Pedro afirma estar fazendo uso de remédio contínuo por ter desenvolvido crises de ansiedade.

Mário saiu da Unidade com 20 anos de idade, mesmo assim não se sentia preparado para sair. Já tinha seu trabalho remunerado, mas faltou atividades que lhe dessem habilidades culinárias e de serviços gerais, os quais lhe fizeram falta depois de sua saída.

4.4 O Apoio do IAPS Para com a Unidade de Acolhimento e a Autonomia dos Adolescentes

A coordenadora da Unidade de Acolhimento Nossa Casa vem desenvolvendo o trabalho de autonomia com os adolescentes desde que assumiu essa Unidade em junho de 2014 e conta com o apoio dos educadores e da assistente social na atuação de preparação dos adolescentes que estão prestes a completar as idades limites de permanência institucional, encaixando esses adolescentes nos projetos compatíveis com seus perfis e capacidade de desenvolvimento de sua autonomia. Visando o perfil de cada adolescente e contando com as

parcerias junto ao IAPS, a equipe engaja os adolescentes nos devidos projetos obedecendo as normas impostas por cada projeto.

Por ser uma ONG, o IAPS oferece muitas opções de cursos, dinâmicas que fazem com os adolescentes sejam incentivados a descobrir atividades com as quais se identifiquem. Tem dança, aulas de teatro, cursos de informática básica e avançada, cursos de cabeleireiro, manicure, doces e salgados, corte e costura, cozinha diversificada, biblioteca para pesquisa e leitura acessível a todas as idades, curso de fotografia, e outros. Também oferece carro de apoio para visitas tanto domiciliar como outras necessidades internas da Unidade. O apoio do IAPS perpassa as necessidades de dentro da Unidade, quando acompanha durante um período de 6 meses os adolescentes egressos, através de ações assistencialistas e visitas da assistente social durante esse período de adaptação na vida fora da Unidade.

O IAPS administra a Unidade através de recursos do Governo do Estado, com parcerias com projetos voltados para adolescentes como, o Primeiro Passo, Projeto Vira-Vida.

O projeto social Primeiro Passo atende a jovens que querem ingressar no mercado de trabalho. Este projeto é a primeira atitude, o primeiro movimento para quem quer realizar algo na vida. Com o projeto, a STDS do Governo do Estado, criou oportunidade para os jovens que não conseguem facilmente ingressar em um estágio, em uma empresa privada ou pública. O jovem, por sua vez, tem a oportunidade criada pelo Governo de dar os primeiros passos rumo à qualificação profissional. Eles têm a possibilidade de estagiar em diversos setores e aprender atividades que são primordiais para quem quer seguir carreira. O projeto apresenta três linhas de ações: Bolsista, Estagiário e Jovem Aprendiz.

A participação dos jovens no projeto exige o seguinte perfil: ter renda per capita familiar de até 1/4 do salário mínimo; estar matriculado na rede pública de ensino e ter entre 16 e 24 anos incompletos; apresentar carteira de identidade, CPF, comprovante de endereço, carteira profissional e declaração de que está estudando; passar por uma seleção com equipe de pedagogos e psicólogos, que analisarão o perfil do adolescente, que será engajado em uma das três linhas de ação do projeto: Bolsista, Estagiário e Jovem Aprendiz. A equipe técnica da Unidade se encarrega de encaixar os adolescentes conforme o perfil exigido pelo projeto e trabalha o adolescente na perspectiva de autonomia inicialmente acompanhando-os desde o horário de despertar para o cumprimento e organização do tempo, das tarefas e obrigações dentro e fora da Unidade. (SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2014).

A equipe técnica trabalha com eficiência na inserção de cada adolescente por linha de ação e o perfil do adolescente para alcançar o objetivo de cada um. O Jovem Bolsista

proporciona que o jovem receba uma bolsa-capacitação no valor de R\$ 400,00, paga pelo Governo do Estado no período de cinco meses, e que faça cursos de qualificação na área de serviços. As aulas acontecem nas unidades do projeto: Unidades Militares da Capital, Associações de Bairro e diversos municípios cearenses. Ressaltando a parceria do IAPS com o projeto, as aulas acontecem no próprio prédio onde funciona a ONG e abrange a toda população da comunidade Tancredo Neves. O projeto ainda dispõe de material didático: Fardamento; lanche; vale transporte; certificação; bolsa aprendizagem e seguro de vida.

No relato da coordenadora da Unidade de Acolhimento, e segundo consta no próprio projeto Jovem Aprendiz, que o jovem se mantém ocupado durante os 3 turnos: um é para a escola, o outro para aprendizagem nas empresas, e o terceiro para os cursos de capacitação nas áreas de administração, turismo e produção com a duração de 1 ano. Os jovens são encaminhados a empresas privadas, que se responsabilizam pela remuneração. Essa linha de ação abrange a capital e outros municípios. Os recursos disponibilizados são: Material didático; Fardamento; Lanche; Vale Transporte; Certificação e Inserção no mercado de trabalho na condição de aprendiz.

Já o Projeto Jovem Estagiário faz com que os jovens, depois de passar por uma capacitação que garante conhecimentos gerais básicos, sejam encaminhados a empresas públicas e privadas, que se responsabilizam pela remuneração. Durante um ano, os adolescentes conciliam escola e trabalho. O Projeto Jovem Estagiário abrange a Capital e outros municípios. Os recursos do projeto incluem: Material Didático; Fardamento; Vale Transporte; Certificação; Seguro de Vida, Bolsa Estágio; Inserção no mercado de trabalho como estagiário. A coordenadora do projeto é Simone Veras Medeiros, a sede está localizada a Rua: José Vilar, 420 - Meireles.

O Projeto ViraVida, é uma iniciativa do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI), que oferece capacitação profissional, educação básica, atendimento psicossocial, médico e odontológico a jovens que sofreram abuso ou exploração sexual. Utilizando uma tecnologia de intervenção social, o Programa oferece aos participantes a oportunidade de adquirir conhecimentos e desenvolver suas habilidades, para alcançarem a transformação em suas vidas por meio da inserção no mercado de trabalho. O objetivo do ViraVida é garantir os direitos e elevar a autoestima desses adolescentes e jovens, criando as condições necessárias para que alcancem a autonomia e o desenvolvimento pleno de suas vidas. O processo socioeducativo é desenvolvido em parceria com a Rede Nacional de Proteção das Crianças e Adolescentes e com as instituições que compõem o Sistema S (SESI, SENAI, SENAC, SESC, SEST, SENAT, SEBRAE e SESCOOP). Os cursos realizados

combinam formação profissional e educação básica, além de atendimento psicossocial, médico e odontológico. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ, 2013).

Segundo o FIEC, o Programa ViraVida busca promover a elevação da autoestima e da escolaridade dos adolescentes e jovens participantes para que desvendem o próprio potencial e, assim, conquistem autonomia. O processo socioeducativo está baseado em cursos profissionalizantes estabelecidos a partir do alinhamento entre a demanda de mercado, o perfil e as expectativas desses adolescentes e jovens. Os cursos contemplam a necessidade de integração entre formação profissional, educação básica e noções de autogestão. Também asseguram aos alunos, atendimento psicossocial, voltado ao resgate de valores e fortalecimento de vínculos familiares, atendimento em saúde, lazer e demais ações que promovam o fortalecimento e exercício da cidadania.

O ViraVida nasce da crença na potencialidade de adolescentes e jovens que se encontram para além das fronteiras da proteção social, relegados à indiferença e ao esquecimento. Isso não quer dizer que as redes locais de enfrentamento não estão atuando no sentido de transpor situações de exploração sexual e de um conjunto de violações de direitos de adolescentes e jovens. É que, num dado momento, quando se tratava de apresentar uma alternativa concreta à violência sexual, desenhava-se diante desse segmento um vácuo de oportunidades sólidas e que estivessem interligadas à rede local de atendimento e ao Sistema de Garantia de Direitos. Por isso faço sempre questão de repetir, temos a pretensão de agregar, de integrar e de mobilizar iniciativas e esforços para reversão da mais cruel forma de experiência de trabalho infantil – a exploração sexual de adolescentes e de jovens. (DIÓGENES, 2010, p. 13)

Fortaleza foi escolhida para funcionar como projeto-piloto do Programa em resposta às estatísticas de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Os jovens do Projeto ViraVida recebem o atendimento, a formação e as orientações necessárias para tornarem-se excelentes profissionais. Se por um lado, o Projeto reforça o trabalho da rede de enfrentamento da exploração sexual infantojuvenil; por outro, também oferece às empresas a oportunidade de ampliarem a parcela de contribuição que oferecem ao desenvolvimento social brasileiro. Além da formação profissional recebida, os jovens do projeto Viravida aprendem a superar desafios e a valorizar cada oportunidade, almejando um futuro melhor para si e para suas famílias. O projeto é sempre atualizado e busca parcerias com empresas que desejam ajudar, revela jovens talentos, além de estar contribuindo para a reduzir o ciclo de violência e de exploração que ainda hoje atinge milhares de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. (DIÓGENES, 2010).

A coordenadora da Unidade, na qual foi realizada a pesquisa, deixa nítido que o maior obstáculo encontrado é a própria resistência por parte dos adolescentes, tanto para os estudos quanto para os cursos profissionalizantes.

O IAPS ocupa um espaço importante na vida dos adolescentes que estão próximos da saída da Unidade, independente de recursos do Governo do Estado, não permite que o adolescente saia caso não tenha nenhuma estrutura organizada e não tenha conseguido um sustento próprio, como um bom emprego, mantém o adolescente por conta própria, já que ao atingir a idade limite de 18 anos, automaticamente esse adolescente sairá do orçamento do Governo constando até mesmo sua vaga na Unidade para ser ocupada por outro adolescente. O IAPS cuida desse adolescente enquanto o mesmo consiga se estruturar financeiramente. Caso já tenha seu emprego e total condição de morar conforme sua escolha, aluguel ou outros que tenha afinidade para conviver, recebe o mesmo apoio através de cestas básicas, vale transporte para locomoção, e outras necessidades que surgirem durante esse período que pode se estender caso haja necessidade.

Mas na opinião de Joana, a cesta básica oferecida pela Unidade nada servirá se não houver apoio em outros requisitos, por exemplo um trabalho que seja bem remunerado, também ressalta a condição de estudar e que não sente a Unidade empenhada no incentivo à não evasão escolar antes de terminar o ensino médio, como acontece na maioria dos casos, por causa da pressa de trabalhar e obter seu próprio sustento, assim afirma. Particularmente, para Joana, a cesta básica não fez diferença, recebeu no período de três meses e ainda citou o exemplo de seu irmão que saiu antes dela e que mesmo recebendo por um período maior, no caso de seis meses, não conseguiu se manter no emprego por algum motivo e sente dificuldade de conseguir outro porque parou seus estudos antes de concluir o ensino médio.

Pedro diz que a Unidade sempre se preocupou em capacitar os adolescentes de forma eficiente na preparação para suas saídas. Teve acesso a cursos profissionalizantes oferecidos pelo IAPS, mas infelizmente não soube aproveitar por não ter maturidade suficiente para entender a diferença que faria em seu futuro. Ainda se declara arrependido por todas as oportunidades que deixou escapar durante sua estadia na Unidade e relaciona sua dificuldade de se engajar no mercado de trabalho por conta disso.

Pedro saiu da Unidade já trabalhando, mas acha que se precipitou com a hora de sair, pela ansiedade, pela sua liberdade não pensou nas condições financeira nem se organizou para a sua vida, não culpa a Unidade de Acolhimento nem a coordenação da época.

Mário recebeu um apoio da Unidade de Acolhimento ao sair também de cesta básicas e utensílios, porém conforme o relato de Joana e Pedro, estes foram muito úteis, mas o mesmo

não se sentiu preparado para sair naquele momento. O trabalho voltado para sua autonomia foi falho em vários aspectos, e diz:

a cesta básica ajudou durante três meses [...] mas eu não sabia fazer nada numa cozinha, não consegui fazer minha própria comida, fiquei perdido com tantas coisas acumuladas dentro de casa. Então eu fazia era dá para as pessoas que eu conhecia e que precisavam, nisso eu comia no trabalho ou na rua.

Os três sujeitos entrevistados concordam ao afirmarem que cesta básica, somente não é o suficiente para assistir seus períodos de adaptação. Essa medida de assistência é deficiente quanto autonomia em outros pontos importantes desde os mais simples, como tarefas domésticas e a própria administração de suas vidas nas relações sociais.

4.5 A Relação da Unidade de Acolhimento com os Adolescentes egressos

Após a saída, os adolescentes mantêm contato com os que ainda permanecem na Unidade, passam um grande período visitando e se relacionando com os demais, também com os educadores, coordenadores e funcionários que marcaram de alguma forma sua vida institucional. Relata a coordenadora que sempre deu total liberdade a todos eles para visitas aos que ainda estão morando na Unidade, diz: "penso até mesmo como exemplo a ser seguido e o quanto dessa forma mostramos o lado positivo do nosso trabalho para os que estão prestes a sair também". Ainda acrescenta, "temos o cuidado de sempre convidá-los para eventos e passeios realizados, tanto na Unidade como no IAPS, vejo essa afinidade como uma forma de manter o laço de confiança um dia construído entre o IAPS, a Unidade e o adolescente".

Os próprios adolescentes mantêm essa ligação de amizade, onde passeiam pela comunidade e conhecem residências de educadores, a maioria acaba morando nas proximidades e nunca perdem contato, principalmente com o IAPS. Segundo a coordenadora:

[...] A presidente do IAPS por ser uma pessoa muito guerreira com um trabalho sempre voltado para um público com vulnerabilidade social, nunca abandona aqueles que dela necessita, principalmente os adolescentes institucionalizados ou que já não estejam mais nessa situação [...] ta sempre buscando formas de intervir para o bem estar deles.

O importante relato da coordenadora reforçou a necessidade do relevante depoimento da assistente social e dos adolescentes recém-egressos da Unidade na sua própria visão crítica vivida nesse período de adaptação até então.

Na visão de Pedro, hoje, em relação à Unidade de Acolhimento:

Um lugar onde as crianças que não tiveram oportunidade na vida, [...] de ta crescendo, se desenvolvendo é uma boa oportunidade de ta sendo bem cuidado, de modo geral desde a alimentação até o vestir, a atenção devida por todos da Unidade, claro que tem seu lado duro, que é o de sofrer punição quando faz algo de errado, mas tudo isso é pra ensinar a ser uma pessoa melhor na vida, então, eu vejo o "abrigo" com os bons olhos, não tenho o que reclamar sempre me ajudou, se não fosse o "abrigo" hoje eu estaria no mundo das drogas ou morto...não sei nem o que eu seria.

A Unidade de Acolhimento hoje na vida de Mário está ligada através de sua irmã que continua morando lá mesmo com a idade de 22 anos. O mesmo diz que não tem condições de trazer sua irmã para morar com ele por causa de problemas de saúde dela e não ter como conciliar o trabalho e os cuidados necessários com ela.

O relacionamento dos três sujeitos para com a Unidade está ligado a familiares que ainda permanecem lá. Com isso, cultiva um bom relacionamento com todos incluindo os funcionários que a maioria são antigos e têm vínculos de amizade com os mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa objetivou analisar como os adolescentes recém-egressos da Unidade de Acolhimento Nossa Casa compreendem o período de adaptação realizado pela Instituição. Ressalta a trajetória de três adolescentes desde sua institucionalização até seu desligamento obrigatório ao completar 18 anos de idade. Também observou as atividades desenvolvidas pela equipe técnica voltadas para a autonomia dos adolescentes egressos. Poucos foram os pontos positivos apontados pelos sujeitos entrevistados, o que mostrou a ineficiência na preparação da inclusão dos mesmos na vida social.

O estudo constatou que a equipe técnica trabalha os adolescentes de forma não planejada, focando a objetividade dos sujeitos, demonstrando a intenção de "se livrar" sem a importância do dever cumprido, o que caracteriza a falta de um projeto político-pedagógico para direcionar com qualidade a estrutura social na inclusão com o mundo adulto. O período de adaptação recebeu apoio de materiais que todos agradeceram, mas não souberam dar a importância devida ou esperada pela Unidade, por exemplo, a cesta básica muitas vezes nada mais foi do que moeda de troca por outro tipo de alimento industrializado mais prático de consumir. Comprovando a falta de habilidade nas tarefas domésticas principalmente no que diz respeito a cozinhar.

As ineficiências apontadas pelos sujeitos atinge diretamente a organização de base dessa instituição no intuito de reavaliação na capacitação dos profissionais afim de garantir o cumprimento de direitos a adolescentes institucionalizados, que já tiveram seus direitos violados, ou seja, acaba violando o pleno direito à vida no momento em que fazem a inclusão precária de um sujeito na vida social.

Além dessas questões, ficou clara a insatisfação dos sujeitos quanto à forma de conduzir as evasões das escolas e cursos profissionalizantes antes de concluir, ressaltando a falta de incentivo por parte dos profissionais, esclarecendo a tamanha importância ao fato. Falta articulação no meio organizacional para envolver os interesses coletivos dos adolescentes, mais uma vez comprovando a falta de capacitação acarretando o despreparo dos profissionais para conduzir situações que exigem conhecimento para lidar com a questão de defesa de direitos do adolescente em situação de acolhimento institucional.

Os adolescentes que entram nessa Unidade de Acolhimento vêm para receber orientações e preparação para seus desligamentos com 18 anos, de onde seguirão suas vida fora da Unidade. Chegaram até ali por terem seus direitos violados por algum motivo peculiar e è clara a necessidade de um trabalho em conjunto para o fortalecimento da autonomia ou

dos laços familiares, se houverem. É uma fase considerada polêmica por vários aspectos, mas estão em situação de vulnerabilidade social. Estão resguardados por lei, portanto, são sujeitos de direitos, necessitam de uma equipe multidisciplinar psicólogo, assistente social, pedagoga, dentre outros que trabalhem sua auto-estima fortalecendo sua autonomia e sua construção subjetiva com a finalidade de que esses sujeitos, ao serem desligados da Unidade, encontrem-se preparados para enfrentar uma realidade de vida com êxito.

Os três sujeitos Joana, Pedro e Mário são exemplos comprovados, através dessa investigação, de que o conjunto de profissionais que trabalharam suas preparações para o desligamento definitivo da Unidade não foi eficiente, pois saíram, segundo eles, sem "segurança psicológica", sem ter terminado o ensino médio, dois deles nem o ensino fundamental, não tinham cursos profissionalizante que garantissem um emprego com boa remuneração que desse pra viver sozinhos e pagando aluguel.

Também foi percebida a dificuldade com que as Unidades de Acolhimento se articulam com as redes e Políticas Sociais, pois ainda deixam muito a desejar no requisito eficiência; é uma relação muito fragilizada quando se trata do desenvolvimento da juventude na saúde, bem-estar e qualidade de vida.

Destaca-se nesse estudo, também, a história de vida de dois dos entrevistados que, além de ter em vivido parte de suas vidas dentro de Unidades, ainda sofreram com a separação dos outros irmãos por conta da faixa etária que os mantiveram em Unidades separadas. Em seus relatos emocionados, deixaram claro o quanto isso foi doloroso, principalmente para os mais novos, comprovando a falta de articulação de profissionais capacitados para intervir nessa questão defendida pelo ECA.

No relato de Mário, que ainda tem sua irmã morando na mesma Unidade, apesar de sua idade já acima de 18 anos, não consegue explicar como vai ser futuramente, pois se declara incapaz de cuidar da mesma por causa do trabalho e do problema de saúde que ela tem, que também não soube explicar. Mais uma prova de que a Unidade é alheia as dificuldades que surgem relacionada aos adolescentes que lá residem.

Finalizando com sugestão de que outros estudos possam ser realizados a nível de compreensão, que futuras investigações possam tentar perceber a relação existente entre o desenvolvimento de competências instrumentais e a promoção da autonomia. Visando um futuro mais promissor daqueles jovens que saem de uma vida singular par uma realidade além de adequação e correção dos sujeito e possam ser apresentados a uma condição de vida, preservando o direito a esperança, fundamental para exercício pleno de cidadania.

REFERENCIAS

- ALBERT, Sonia. **O adolescente e o outro**. Rio de Janeiro: Editora: ZAHAR, 2010.
- ASSIS, Simone G. A.; PESCE, Renata P. P.; AVANCI, Joviana, Q. A. **Resiliencia enfatizando a proteção dos adolescentes**. Porto Alegre: Editora: Artmed, 2006.
- BERNAL, Elaine, M. B. **Arquivo de abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do serviço social de menores de São Paulo (1938-1960)**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- CABAU, Priscila, M. P. F. **A motivação acadêmica de adolescentes: um estudo de metas de Realização e atribuições de causalidade**. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~bdsepsi/204a.pdf>>. Acesso em: set. 2013.
- CARVALHO, Alisson; SALES, Fátima; GUIMARÃES, Marília. (Orgs.). **Adolescência**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2009.
- CARVALHO, Allyson; SALES, Fátima; GUIMARÃES, Marília; UDE, Walter. (Orgs.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CAVALCANTE, Lília, I. C. C.; MAGALHÃES, Celina, M. C. M.; PONTES, Fernando, A. R. P. **Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482007000200006>. Acesso em: out. 2013.
- CAVALCANTE, Lília, I. C. C.; SILVA, Simone, S. C. S.; MAGALHÃES, Celina, M. C. M. **Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes**. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v10n4/05.pdf>>. Acesso em: set. 2013.
- COSTA, Nina, R. A. C.; FERREIRA, Maria, C. R. F. **Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v22n1/15.pdf>>. Acesso em: 2013.
- DELL'AGLIO, Débora, D. D.; HUTZ, Cláudio, S. H. **Depressão e Desempenho Escolar em Crianças e Adolescentes Institucionalizados**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n3/a08v17n3.pdf>>. Acesso em: set. 2013.
- DIAS, Maria, S. L. D.; SILVA, Rosana, S. B. S. **O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes**. Disponível em: <http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_45_mestrados/pdfs/art10mariasara.pf>. Acesso em: set. 2013.

- FERRAZ, Ana Paula, M. R. F. **O impacto do stresse em adolescentes institucionalizados**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10773/1006>>. Acesso em: out. 2013.
- GOFFMAN, Erving. **Manicônios, Prisões e Conventos**, São Paulo, Perspectiva, 1974.
- HENRIQUES, Sónia, R. F. **Os objetivos de vida de adolescentes institucionalizados e não institucionalizados**. Disponível em: < <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/880>>. Acesso em: out. 2013.
- HUTZ, Claudio, S. H.(Org.). **Violência e risco na infância e na adolescência**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2005.
- HUTZ, Claudio; KOLLER, Silva, H. & BANDEIRA, D. R. (1996). **Resilência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco**. Coletâneas da ANPEPP, 1, 79-86.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2005). **Direito a Convivência Familiar - Os Abrigos para Crianças e Adolescentes no Brasil**. Disponível em: <www.ipea.gov.br/site/ooo/livro/direitoconvivenciafamiliar/capit2.pdf>. Acesso em: maio 2015.
- KOLLER, Silvia, H. K. (Org.). **Ecologia do desenvolvimento humano**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2004.
- LEVISKY, Davi, L. (org.). **Pelos caminhos da violência**. São Paulo: Editora: Casa do Psicólogo, 1996.
- Martinez, A.; Soares e Silva; A. (2008) **O momento da saída do Abrigo em função da maioridade: a voz dos adolescentes**. Psicologia em Revista.
- MINAYO, Maria C. S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade**. Petrópolis RJ: Editora: vozes, 2010.
- MOTA, Catarina, P. M.; MATOS, Paula, M. M. **Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/07.pdf>>. Acesso em: set. 2013.
- MULLER, Cristina, M. **Direitos Fundamentais: a proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em:<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9619>. Acesso em out 2013.
- NASIO, J. D. **Como agir com um adolescente difícil?** Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2010.
- PORTELLA, Elisandra, M. B. P. **Proteção social: a experiência dos adolescentes em acolhimento institucional**. Disponível em: <<http://tardis.pucrs.br/dspace/handle/10923/5112>>. Acesso em: out. 2013.

SILVA, Maria João, G. X. da S. **O bem-estar subjectivo de adolescentes institucionalizados.** Disponível em: < <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5098> >. Acesso em: out. 2013.

SILVA, Maria João, M. X. **O bem-estar subjetivo de adolescentes institucionalizados.** Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/5098>>. Acesso em: Out. 2013.

SILVA, Marjorie, C. R. da S. **Desafios da orientação profissional em diversos âmbitos.** Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v8n2/v8n2a16.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

SIQUEIRA, Aline, C. S.; DELL'AGLIO, Débora, D. D. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: : uma revisão de literatura.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a10v18n1.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

SIQUEIRA, Aline, C. S.; DELL'AGLIO, Débora, D. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a10v18n1.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

SOUSA, Severino, R. L. S. **A experiência de adolescentes abandonados e institucionalizados frente ao desligamento institucional.** Disponível em: <http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2006-12-21T124422Z-56/Publico/severino%20souza.pdf> Acesso em: set. 2013.

SOUZA, Ana Paula, L. de S. **A visão de adolescentes de diferentes contextos a respeito de seus próprios direitos.** Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13411>>. Acesso em: out. 2013.

WEBER, Lidia, N. D. W. **Da institucionalização à adoção: um caminho possível?** Disponível em: <<http://www.lidiaweber.com.br/Artigos/1995/1995DaInstitucionalizacaoaadoacaoumcaminhopossivel.pdf>>. Acesso em set. 2013.

WEBER, Lidia, N. D. W. **Os filhos de ninguém abandono e institucionalização de crianças no Brasil.** In: Artigo publicado na Revista Conjuntura Social. Rio de Janeiro, Edição no. 4, 2000. P. 30-36. Disponível em: <<http://www.lidiaweber.com.br/Artigos/2000/2000Osfilhosdeninguem.pdf>>. Acesso em out. 2013.

Yunes, M. A. M., Miranda, A. T. & Cuello, S. E. S. (2004). **Um Olhar Ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados.** In S. H. Koller (Ed.), **Ecologia do Desenvolvimento Humano: pesquisa e intervenção no Brasil.** São Paulo: Casa do Psicólogo.

<<http://www.aldeiasinfantis.org.br/getmedia/0f13e352-b6b4-491f-832b-dd6b14ac8d97/O-que-e-CONANDA.pdf>>. Acesso em: maio 2015.

<http://www.sdh.gov.br/importacao/noticias/ultimas_noticias/2008/05/MySQLNoticia.2008-05-30.3555>. Acesso em: maio 2015.

<<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda#portal-top>>. Acesso em: maio 2015.

Apêndice A

Questionário

1. Com qual idade você deu entrada em uma Unidade de Acolhimento?
2. Em quantos Unidades de Acolhimento você morou?
3. Qual o motivo da sua Institucionalização?
4. Quais as maiores dificuldades que encontrou nas Unidades de Acolhimentos?
5. Sofreu algum tipo de violência?
6. Tem contato com alguém da sua família, seja em qualquer grau?
7. Qual seu grau de escolaridade?
8. Já teve envolvimento com droga?
9. Faz uso de algum medicamento contínuo?
10. Quais os tipos de atividades você participou, enquanto acolhido?
11. Qual o tempo você saiu da Unidade?
12. Qual sua idade?
13. Qual sua escolaridade?
14. está trabalhando? Qual sua renda? Mora de aluguel?
15. É casado(a)?
16. Qual sua religião?
17. Como você se sente hoje em relação a Unidade de Acolhimento?

EQUIPE TÉCNICA

1. Quais dificuldades e desafios encontrados na execução das Políticas Públicas voltadas para Acolhimento Institucional?
2. Como sente o apoio da ONG que administra a Unidade?
3. Quais as atividades desenvolvidas pela equipe técnica visando a autonomia dos adolescentes?
4. Qual tipo de apoio a Unidade oferece aos recém-egressos e por quanto tempo?
5. Qual a relação da Unidade com os egressos?